

TEIXEIRA DUARTE

RELATÓRIO

ECO NTAS

2002



TEIXEIRA DUARTE

R E L A T Ó R I O

E C O N T A S

2 0 0 2

ÍNDICE / INDEX

SÍNTESE DE INDICADORES	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	5
DIRECÇÕES	6
QUADRO DO "GRUPO TEIXEIRA DUARTE - 2002"	8
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9
I. INTRODUÇÃO	10
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	10
III. APRECIAÇÃO GLOBAL	11
IV. GOVERNO DA SOCIEDADE	12
IV.1. INTRODUÇÃO	12
IV.2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SOCIEDADE E DO GRUPO	13
IV.3. COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACÇÕES	13
IV.4. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	13
IV.5. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES	14
IV.6. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA	14
IV.7. GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR	14
IV.8. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS	14
IV.9. REGRAS SOCIETÁRIAS	14
IV.10. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	15
V. ANÁLISE SECTORIAL	18
V.1. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS	18
V.1.1. MERCADO INTERNO	18
A) ACTIVIDADE GERAL	18
B) EXPLORAÇÃO	19
GEOTECNIA E FUNDAÇÕES	20
CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL	20
OBRAS PÚBLICAS	21
METALOMEÇÂNICA	22
CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO (COC)	22
C) PARTICIPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES	22
BELBETÓES - FUNDAÇÕES E BETÓES ESPECIAIS, LDA.	23
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, LDA.	23
SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, S.A.	23
OFM - OBRAS PÚBLICAS, FERROVIÁRIAS E MARÍTIMAS, S.A.	24
GCF - GRUPO CONSTRUTOR DA FEIRA, ACE	24
METROPAÇO, ACE	24
ACESTRADA - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, ACE	24
TDGI - TECNOLOGIA DE GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A.	24
METROLIGEIRO - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, ACE	24

TRÊS PONTO DOIS, ACE	24
V.1.2. MERCADO EXTERNO	24
V.1.2.1. ANGOLA	25
V.1.2.2. MOÇAMBIQUE	25
V.1.2.3. VENEZUELA	25
V.2. IMOBILIÁRIA, HOTELARIA E COMÉRCIO ALIMENTAR	25
V.2.1. MERCADO INTERNO	25
V.2.1.1. IMOBILIÁRIA	25
TDF - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.	26
V.2.1.2. HOTELARIA	26
V.2.2. MERCADO EXTERNO	26
V.2.2.1. ANGOLA	26
V.2.2.2. MOÇAMBIQUE	27
V.2.2.3. VENEZUELA	27
V.3. COMERCIALIZAÇÃO DE VIATURAS E COMBUSTÍVEIS	27
V.3.1. MERCADO INTERNO	27
V.3.1.1. VIATURAS	27
V.3.1.2. COMBUSTÍVEIS	27
V.3.2. MERCADO EXTERNO	28
V.3.2.1. ANGOLA	28
V.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	28
CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.	28
BCP - BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	28
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A.	28
SCUTVIAS - AUTOESTRADAS DA BEIRA INTERIOR, S.A.	29
INDÁQUA - INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.	29
RECOLTE - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.	29
ETERGEST - SGPS, S.A.	29
CPE - COMPANHIA DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A.	29
WEB-LAB, SGPS	29
EUROGTD - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	30
CPM - COMPANHIA DE PARQUES DE MACAU, S.A.	30
MTS - METRO TRANSPORTES DO SUL, S.A.	30
SATU-OEIRAS - SISTEMA AUTOMÁTICO DE TRANSPORTES EM OEIRAS, E.M.	30
TDCIM - CONCESSÃO DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES, EXPLORAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE CIMENTOS, S.A.	31
VI. CONCLUSÕES/PERSPECTIVAS PARA 2003	31
VII. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO	31
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	32
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	

Grupo Teixeira Duarte

	1998	1999	2000	2001	2002	Crescimento 2002/2001
Trabalhadores	7.052	7.122	7.353	6.587	6.447	-2,1%
Vendas/Prestações de Serviços (milhões de euros)	661	649	664	688	722	4,9%
Proveitos Operacionais (milhões de euros)	687	649	673	742	795	7,2%
VAB (milhões de euros)	142	146	152	198	213	7,4%
Cash Flow (milhões de euros)	42	56	59	60	65	8,3%
Imobilizações Incorpóreas Líquidas (milhões de euros)	22	12	10	520	494	-5,0%
Imobilizações Corpóreas Líquidas (milhões de euros)	137	140	110	222	287	29,3%
Investimentos Financeiros + Títulos Negociáveis - Provisões (milhões de euros)	269	321	395	468	478	2,3%

Observações: Os valores da coluna "Crescimento 2002/2001" foram calculados tendo por base os valores das demonstrações financeiras.

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

	1998	1999	2000	2001	2002	Crescimento 2002/2001
Trabalhadores	2.601	2.249	2.078	2.050	2.050	0,0%
Vendas/Prestações de Serviços (milhões de euros)	395	363	381	413	403	-2,4%
Proveitos Operacionais (milhões de euros)	407	357	377	421	420	-0,4%
VAB (milhões de euros)	84	83	88	104	108	4,6%
Cash Flow (milhões de euros)	31	36	41	30	31	3,3%
Investimentos Financeiros + Títulos Negociáveis (milhões de euros)	207	212	239	360	280	-22,2%
Capital Próprio (milhões de euros)	224	252	282	277	255	-7,9%
Resultados Líquidos (milhões de euros)	20	21	28	21	21	2,5%

Observações: Os valores da coluna "Crescimento 2002/2001" foram calculados tendo por base os valores das demonstrações financeiras.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. JOSÉ ANTÓNIO COBRA FERREIRA
Vice-Presidente	Dr. JOÃO FREDERICO LINO DE CASTRO
Secretários	Dr. MANUEL MARIA CALAINHO DE AZEVEDO TEIXEIRA DUARTE Dr. ^a MARIA DO CARMO CALAINHO TEIXEIRA DUARTE ROBLES MACHADO

Conselho de Administração

Presidente	Eng. ^o PEDRO PEREIRA COUTINHO TEIXEIRA DUARTE
Administrador Delegado	(*) Dr. PEDRO MARIA CALAINHO TEIXEIRA DUARTE
Administradores	(*) Dr. MANUEL FERREIRA (*) Eng. ^o ANTÓNIO JOSÉ LOBO FERREIRA GONÇALVES (*) Eng. ^o JOSÉ ALVES PEREIRA Eng. ^o FERNANDO LOPES DO ROSÁRIO VILELA

(*) Administradores Executivos na Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Fiscal Único

Efectivo	MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC
Suplente	JÚLIO ALVES, MÁRIO BATISTA & ASSOCIADOS Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. JÚLIO LOURENÇO ALVES - ROC

Secretário da Sociedade

Dr. MANUEL MARIA CALAINHO DE AZEVEDO TEIXEIRA DUARTE

Assessores da Administração

Eng.º António Manuel Pires Carreto
Dr. António Manuel Costeira Faustino

Jurídicos

Coordenador Dr. José Cobra Ferreira

Participações

Director Coordenador Eng.º Matos Viegas
Eng.º Costa Simões
Eng.º Leonel Mendonça

Delegações

• África

Eng.º Valdemar Marques

• Venezuela

Eng.º Moreira da Silva

Centros de Exploração

• Geotecnia e Fundações

Eng.º Guedes Duarte
Eng.º Ivo Rosa

• Construção Civil e Industrial

Eng.º Gomes Baptista
Eng.º Baptista Gouveia
Eng.º Pereira dos Santos
Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Paulo Araújo
Eng.º Luis Mendonça

• Obras Públicas

Eng.º Figueiredo Catarino
Eng.º Sampayo Ramos
Eng.º Sousa Barros
Eng.º José Palma
Eng.º Joaquim Tavares
Eng.º Oliveira Rocha

• Metalomecânica

Eng.º Paiva Nunes

• Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço

Eng.º Marques dos Santos

Direcções Centrais

- **Planeamento e Estudos**

- Director de Serviços**

- Eng.º Gouveia Capelão

- Eng.º Garcia Fernandes

- Eng.º Vinício Pinto

- Eng.º Luis Menezes

- **Instalações Electro-Mecânicas**

- Eng.ª Helena Galhardas

- **Estudos Especiais**

- Arq.º Rocha Lobo

- Eng.º Macedo Gonçalves

- **Estudos de Obras Públicas**

- Director de Serviços**

- Eng.º João Delgado

- **Projectos**

- Director de Serviços**

- Eng.º Baldomiro Xavier

- **Contratos e Logística**

- Dr.ª Maria António Gouveia

- **Segurança e Qualidade**

- Eng.º Viana de Lemos

- **Recursos Humanos e Serviços Administrativos**

- Director de Serviços**

- Dr. Ginja Sebastião

- **Informática**

- Director de Serviços**

- Dr. Eduardo Tapadas

- **Finanças**

- Dr. Martins Rovisco

- **Aprovisionamentos**

- Eng.º Leal da Silva

- **Contabilidade**

- Director de Serviços**

- Dr. João Matias

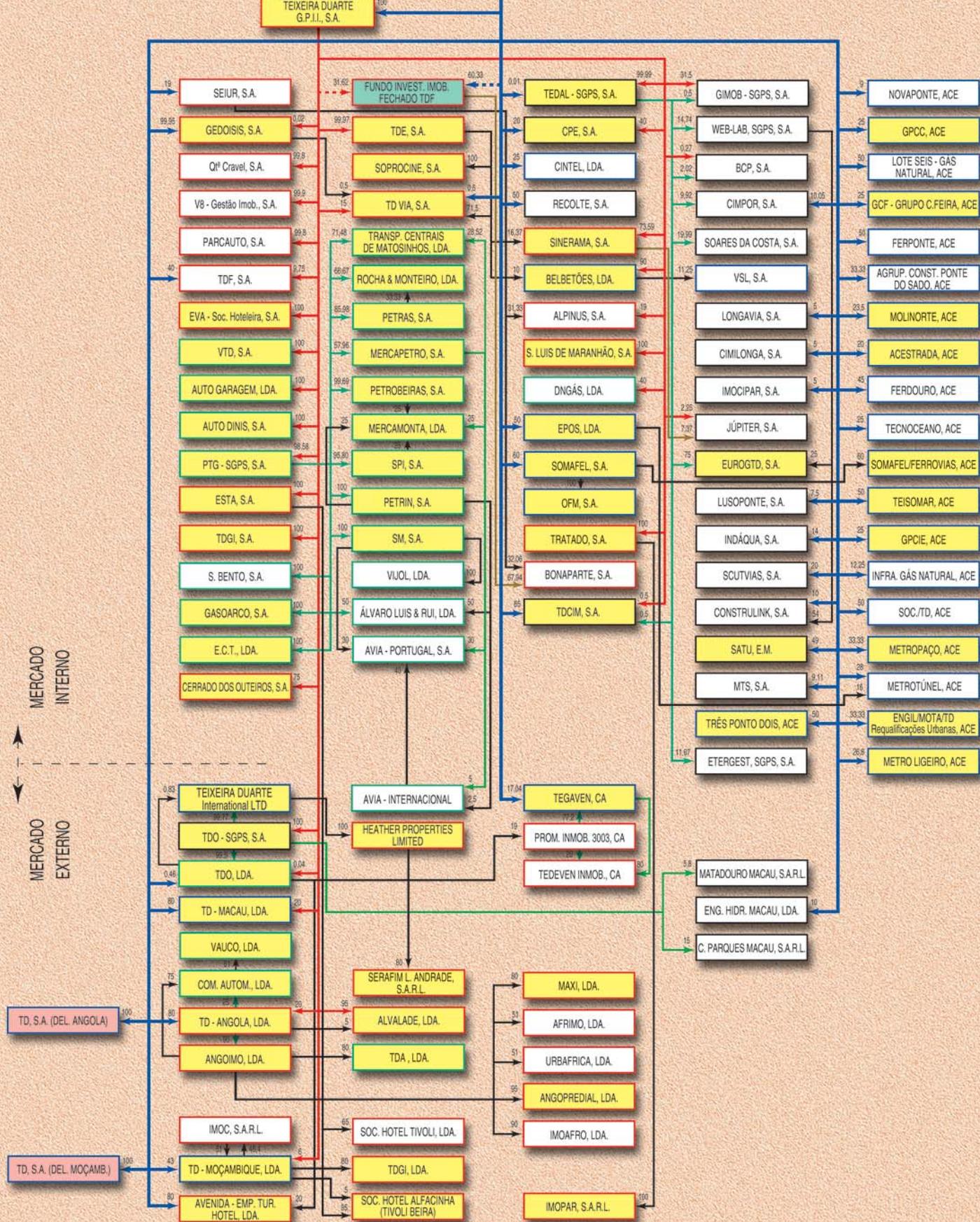
- **Equipamento**

- Director de Serviços**

- Eng.º Edgar Gomes

GRUPO TEIXEIRA DUARTE - 2002

TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.



MERCADO
INTERNO

MERCADO
EXTERNO

FILIAIS E FUNDOS

OUTRAS

Legenda:

- EMPRESAS INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO.
- EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO.
- INTEGRADAS NAS CONTAS INDIVIDUAIS DA EMPRESA MÃE.
- FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO.
- CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS.
- IMOBILIÁRIO, HOTELARIA E COMÉRCIO ALIMENTAR.
- PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.
- COMERCIALIZAÇÃO DE VIATURAS E COMBUSTÍVEIS.

XX → valores em % de voto

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

I. - INTRODUÇÃO

Apresentamos o relatório de gestão da sociedade aberta “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” – adiante designada por TD – referente ao exercício de 2002, abrangendo quer a actividade individual, quer a consolidada, esta no âmbito da sua posição como entidade matriz de um Grupo Empresarial que o quadro da pág. 8 explicita.

No que se refere às participações e associações constantes desse quadro, cada uma das diferentes sociedades ou agrupamentos tem os seus órgãos de gestão autónomos e elabora os seus próprios relatórios, pelo que aqui lhes faremos apenas curtas referências. De notar, todavia, que as demonstrações financeiras do presente relatório são amplamente detalhadas, tanto para a Empresa matriz individualmente como no plano das múltiplas outras unidades que consolida.

No ano em apreço e nas datas rigorosamente planeadas – primeira semana de Abril –, concretizámos a mudança das nossas instalações centrais e escritórios para o Lagoas Park, no Concelho de Oeiras. De igual modo, também as principais participadas e subsidiárias deslocaram as suas sedes para essa nova localização, reunindo-se assim em dois edifícios de um único parque de escritórios as actividades nucleares do Grupo, desta forma se criando melhores condições para um acréscimo de eficácia e de produtividade, que os resultados vieram a atestar.

Tal como vem sendo prática e se insere na nossa política de comunicação empresarial, este relatório, para além de cumprir os preceitos legais, regulamentares e estatutários a que estamos obrigados, é também uma excelente ocasião, que não desperdiçamos, para comentar e analisar os principais acontecimentos e decisões (ou falta delas) que marcaram a envolvente geral em que tivemos de nos desenvolver.

II. - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2002 foi, conforme ficou comprovado e repetidamente testemunhado pelas análises de todos os quadrantes económicos nacionais, repleto de muitas dificuldades. Não se tratou somente – o que já não seria pouco – de significativa redução da actividade e de diminuição de resultados. O que se constata é que há muitos agentes, empresas e actividades a perderem dinheiro, a deixarem de solver os seus compromissos, a não pagarem a fornecedores, subempreiteiros e até aos próprios trabalhadores!

Não deixa de ser oportuno, até extraordinariamente pertinente, passar um breve olhar sobre os nossos relatórios dos últimos anos, onde podemos ler o seguinte, começando pelo de 1998: “... excessivo endividamento das famílias, reflexo de uma certa euforia consumista fomentada pelas facilidades creditícias que, a prazo, poderá vir a originar problemas que reclamam ponderação”. No exercício seguinte voltávamos ao tema, dizendo: “... corre-se o sério risco de se instalar na Sociedade Portuguesa uma noção de facilitismo que a conduza a viver acima das suas possibilidades, hipotecando o futuro. Perante tal panorama é cada vez mais importante recuperar valores como trabalho, esforço, perseverança, de forma a alicerçar um crescimento e um progresso autênticos e sustentados”. No relatório de 2000, afirmávamos: “... é um facto que o País está a consumir bastante mais do que aquilo que produz, sendo o sector público um factor determinante desse desequilíbrio. E o mais grave e preocupante é que não são despesas de investimento, reprodutivas, que preparam o futuro desenvolvimento e progresso do País. A nossa competitividade está a deteriorar-se e a produtividade não melhora, o que deveria impor a tomada de medidas corajosas; ... o facto de termos praticamente o pleno emprego não significa que tenhamos toda a gente a trabalhar, mas sim empregada, o que infelizmente não é a mesma coisa; ... é fundamental defender uma cultura de esforço, de labor, de luta por objectivos, de superação de obstáculos, e isso só se consegue pelo exemplo e pelo rigor”.

Feita esta breve retrospectiva e encerrado que se encontra o ano de 2002, verifica-se que tudo aquilo que vinhamos constatando e denunciando, acabou por, lamentavelmente, conduzir a uma situação de crise generalizada em que, de todos os lados e com repetida angústia, se ouvem e lêem expressões como:

“o ano de 2002 foi um dos piores para o sector da construção”; “conjuntura com tendência recessiva”; “não se perspectivam quaisquer alterações para 2003”; “pessimismo empresarial com indicador de confiança nas obras públicas a atingir o valor mais baixo de sempre”; “sem outro remédio senão apertar o cinto”, etc., etc..

Perante este panorama, que, de resto, é evidenciado pelo elevado crescimento do desemprego e pelo praticamente nulo crescimento do PIB, para além da exponencial subida do número de falências, deverão ser positivamente destacadas e encorajadas todas aquelas entidades que, eventualmente com algumas reduções dos seus resultados, ainda assim e apesar de tudo se mantêm sólidas, lucrativas e operacionais, honrando pontualmente todos os seus compromissos.

Em períodos de tão grandes e variadas dificuldades, oxalá todas as empresas pudessem estar assim “mal”, muito melhor estaria o sector da construção, a actividade económica em geral, o País afinal.

III. - APRECIAÇÃO GLOBAL

Em termos consolidados, os proveitos operacionais alcançaram o valor de 795 milhões de euros, cifra que fica 9% acima do objectivo traçado de 730 milhões.

Os resultados líquidos atingiram o montante de 21 milhões de euros, superiores em 2,5% aos do ano transacto. Porém e para mais, é de destacar que estes resultados teriam subido para 29,5 milhões de euros – portanto refletindo um crescimento de 43,6% –, não fora a provisão financeira de 8,5 milhões de euros necessária para compensar não só a descida das cotações dos títulos BCP (6,6 milhões de euros, eventualidade aliás já mencionada no relatório do terceiro trimestre de 2002) como também a desvalorização decorrente da redução do capital da participada Web-Lab (1,9 milhões de euros).

Os resultados operacionais subiram para 53,1 milhões de euros, com um incremento de 9,6% sobre o ano anterior, o que atesta que a Empresa – na sua essência, no seu “core business”, naquilo que reconhecidamente melhor sabe fazer, que é a engenharia e construção –, continua saudável, reforçada e cada vez com melhor eficácia e produtividade. A construção atingiu proveitos de 460,7 milhões de euros, 58% do total; a imobiliária, hotelaria e comércio alimentar tiveram uma quota de 16,8% com 133,2 milhões, enquanto o comércio de automóveis e combustíveis contribuiram com uma parcela de 25% e 198,3 milhões. O mercado interno corresponde a 84,6% dos proveitos do Grupo e o externo a 15,4%.

São também de salientar os magníficos saldos de Tesouraria, quer o de exploração, quer o total conseguidos por TD, que permitiram manter os níveis gerais de endividamento do Grupo em valores praticamente constantes, isto apesar dos investimentos realizados em vários projectos em curso, como Lagoas Park, Forum Oeiras, Hotel Alvalade, em Luanda, SATU, em Oeiras e diversos outros, para além do cumprimento integral e pontual de todas as obrigações e compromissos perante a banca e perante a praça em geral, bem como, ainda, de termos reforçado em 3 milhões de euros a verba afecta ao fundo de pensões dos trabalhadores da Empresa. Este é um facto que tem de ser sublinhado: não fazemos investimentos, aquisições, ampliações, à custa de fornecedores, subempreiteiros ou prestadores de serviços. O mercado sabe que somos uma Empresa exigente na segurança, na qualidade e nos prazos das obras, mas também que paga e honra os seus compromissos, por tudo isso em quem se pode confiar.

Um tema que justifica também alguma reflexão é o que se prende com a nossa política de comunicação empresarial. Somos uma sociedade aberta, cotada em Bolsa, que lidera um Grupo importante, com intersecções em vários sectores de actividade e que detém posições relevantes em algumas das mais estratégicas entidades económicas do País. Estamos inseridos numa sociedade cada vez mais e até excessivamente mediatizada, onde a procura de temas para ocupar as edições e publicações que abundam e se degladiam num mercado restrito, atinge níveis e métodos lamentáveis. A nossa forma de estar na vida, na sociedade, nos negócios, não pactua com esses procedimentos. Sempre preferimos a sobriedade, o rigor, a honestidade, a ausência de sensacionalismo.

Contudo, temos a noção de que a visibilidade que assumimos, a referência que constituímos, a intervenção que temos em múltiplos aspectos da actividade nacional, nos impõe um acrescido dever de informar e corresponder às solicitações que, nesse sentido, cada vez mais nos vão sendo dirigidas. A abordagem desta matéria já tinha sido feita no relatório do ano 2001, onde tínhamos apontado como um dos objectivos a melhoria da política de comunicação empresarial, nesse sentido já foram encetadas algumas medidas que, porém, reconhecemos dever tentar ampliar e dinamizar ao longo deste e dos próximos anos.

O quadro seguinte regista a evolução de alguns dos principais indicadores do Grupo nos últimos cinco anos.

	1998	1999	2000	2001	2002
Trabalhadores	7.052	7.122	7.353	6.587	6.447
Vendas/Prest. de Serviços (milhões de euros)	661	649	664	688	722
VAB (milhões de euros)	142	146	152	198	213
Cash Flow (milhões de euros)	42	56	59	60	65
Investimentos Financeiros Líquidos +Títulos Negociáveis (milhões de euros)	269	321	395	468	478

Em 2002, a actividade dos 6.447 trabalhadores rendeu ao Estado uma receita global – pontualmente satisfeita! – de 75,3 milhões de euros, sendo 55,6 milhões de impostos e 19,7 milhões para a segurança social.

IV. - GOVERNO DA SOCIEDADE

IV.1. - Introdução

Em cumprimento de obrigações normativas, designadamente o regulamento nº 7/2001 da CMVM, publicado no Diário da República – II Série, de 28 de Dezembro de 2001, dedicamos o presente capítulo às questões relacionadas com o Governo da Sociedade. Tendo em conta também as sugestões contidas nas instruções que, em anexo a esse regulamento, foram fornecidas para a sua elaboração, aproveitamos a oportunidade para explicitar e reflectir sobre algumas das nossas práticas.

Efectivamente, cada entidade, cada sociedade, cada agente económico tem de ter, necessariamente, a sua própria personalidade, a sua peculiar forma de actuação, o seu distinto cunho empresarial. Principalmente quando a sua presença no mercado tem um já longo historial de mais de 80 anos, como é o nosso caso. É uma longa vivência, que já atravessou muitos ciclos económicos, muitas mudanças políticas, muitas legislações e regulamentações, algumas gerações. Durante esse extenso percurso criou, formou, desenvolveu e sedimentou – sem necessidade de assessorias de organizações, nem de consultores externos de reestruturação – uma muito própria forma de estar, uma clara filosofia de actuação, uma saudável política de gestão, que consideramos sempre actual e que entendemos tem sempre sido rentável. Baseia-se nos seguintes pilares: honestidade, lealdade, competência, profissionalismo, iniciativa e inovação, espírito de luta e perseverança.

É apegada a estes valores que se fortaleceu uma das principais características e virtudes da nossa Empresa, que é a grande autonomia, autoridade e capacidade de decisão dos seus quadros, cuja expressão mais marcante se encontra nos que exercem as funções de directores de obra, em cujo âmbito são os seus verdadeiros empresários e gestores. Têm a autoridade e a inerente responsabilidade pela sua condução, tarefa que assumem convictamente e com gosto pelo risco inerente, sabendo que dessa forma alimentam o salutar desenvolvimento da empresa e contribuem notavelmente para os seus objectivos.

De resto, é curioso constatar como esta atitude e mentalidade dos nossos quadros fica tão profundamente enraizada na sua personalidade, marcando-a de forma indelével para toda a sua vida profissional, a ponto de, por vezes, assistirmos, passados que foram já longos anos da sua saída da Empresa, a manifestações diversas (e por vezes bem curiosas) do gosto e do orgulho que sentiram em, de algum modo, poderem ter influenciado os destinos e a evolução da “TEIXEIRA DUARTE”.

IV.2. - Estrutura Organizativa da Sociedade e do Grupo

Actualmente compõem o Grupo Teixeira Duarte um total de 121 sociedades, delegações exteriores, agrupamentos ou consórcios, conforme o quadro da pág. 8 explicita em pormenor, sendo que cada uma destas entidades dispõe dos seus próprios órgãos de gestão, ao abrigo das respectivas disposições legais e estatutárias.

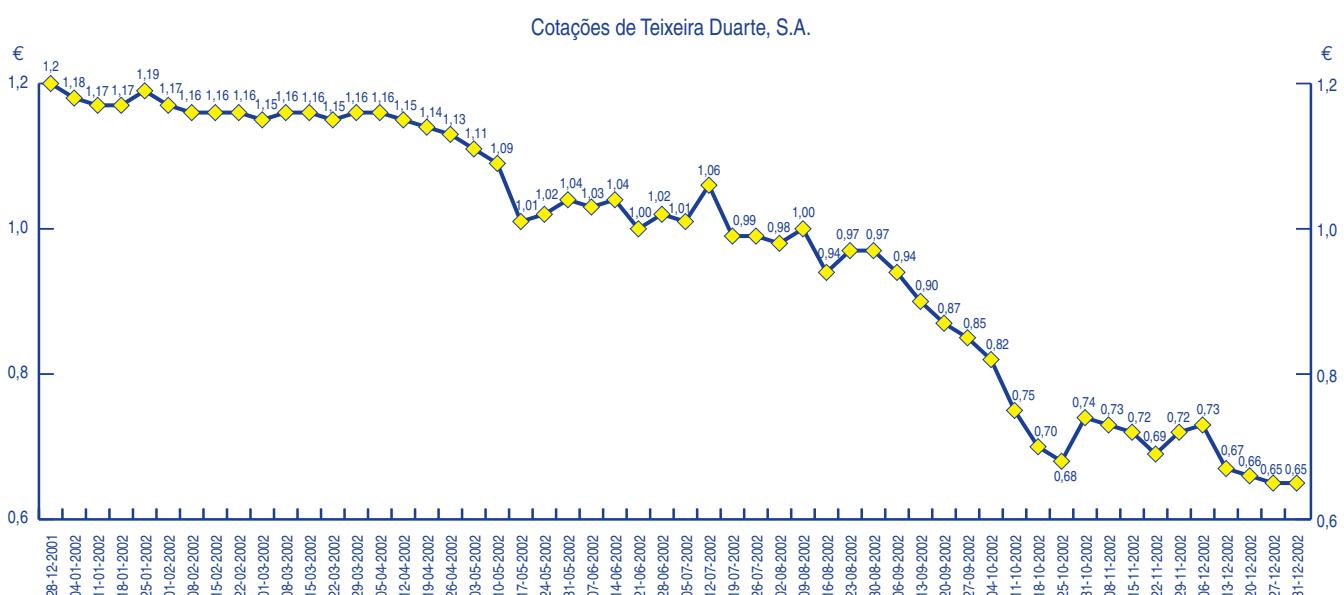
A liderança deste universo é efectuada por TD, mediante uma coordenação geral de políticas exercida pelo seu Conselho de Administração. Este é composto por um número ímpar de membros, dos quais alguns, conforme indicado na pág. 5, exercem funções executivas, nos termos mais adiante mencionados sob o título “Estrutura e Funcionamento do Órgão de Administração”.

A orientação geral e supervisão das actividades da Empresa é realizada através de ligações directas dos elementos com funções executivas aos órgãos da hierarquia corporizados nos Centros de Exploração e nas Direcções Centrais, definidos nas págs. 6 e 7 deste relatório, onde se podem também identificar os serviços de Assessoria da Administração.

Na introdução ao presente capítulo do Governo da Sociedade deixamos bem expressos quais os valores e pilares fundamentais que suportam o nosso modelo de organização e de funcionamento.

IV.3. - Comportamento Bolsista das Ações

A evolução das cotações ao longo do ano 2002 está reproduzida no gráfico seguinte:



níveis de dividendos aos accionistas, bem como a melhoria das remunerações dos trabalhadores.

IV.5. - Planos de Atribuição de Opções de Aquisição de Acções

Não existe na TD nenhum plano deste tipo. Em anos anteriores, dependendo das circunstâncias e da conjuntura económica, houve accionistas de referência que disponibilizaram um determinado número de acções para serem cedidas aos quadros da Empresa em prazos e a preços bem definidos. Porém, no ano em apreço, não ocorreu nenhuma operação deste tipo.

IV.6. - Divulgação de Informação Financeira

Trimestralmente, conforme legalmente estabelecido, a Sociedade elabora e divulga toda a informação financeira pertinente quer individual, quer consolidada. Sempre que surge qualquer facto relevante para o mercado, que tenha implicações de natureza financeira, é o mesmo de imediato comunicado às entidades competentes. Todos os accionistas têm à sua disposição, nos termos e prazos legais, o relatório de gestão, as contas e os demais elementos de informação preparatória que lhes permitem participar, devidamente habilitados, nos trabalhos da Assembleia Geral Anual.

IV.7. - Gabinete de Apoio ao Investidor

Toda a informação que potenciais investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais directivas aplicáveis, é prestada através de um gabinete de apoio aos accionistas. Este gabinete funciona sob a tutela do Dr. Manuel Ferreira, representante da Sociedade junto do mercado e Administrador com o pelouro financeiro.

IV.8. - Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

A convocatória para a realização das Assembleias Gerais é sempre feita com uma antecedência que excede largamente os prazos mínimos legais. A referente à apreciação do exercício de 2002 foi convocada para 9 de Maio de 2003 mediante anúncio publicado na imprensa em 7 de Fevereiro e no Diário da República no dia 12 do mesmo mês. De igual forma, é facultada atempadamente toda a documentação que permite habilitar e informar os accionistas no sentido de poderem, com conhecimento detalhado das matérias que constam da ordem dos trabalhos, exercerem em consciência o seu direito de voto.

As convocatórias explicitam claramente os termos e as condições em que o direito de voto pode ser exercido, incluindo o voto por correspondência, bem como os requisitos que é necessário cumprir para agrupamento ou representação dos accionistas.

IV.9. - Regras Societárias

Não estão formalmente consagrados códigos de conduta da sociedade ou outros regulamentos internos que respeitem a conflito de interesses, sigilos ou incompatibilidades. Em todo o caso e para além das disposições legais vigentes sobre estas matérias, remetemos para a introdução ao presente capítulo do Governo da Sociedade, onde estão elencados, de forma muito clara, os princípios e valores que permanentemente determinam a nossa postura.

Não têm sido formalmente constituídas quaisquer outras comissões de controlo, existindo unicamente, consagrada nos Estatutos e definida no seu artigo 11º, uma Comissão de Remunerações.

Numa entidade como a TD, formada e gerida por pessoas com as credenciais e o curriculum que se explicita no título seguinte – Estrutura e Funcionamento do Órgão de Administração –, tem muito pouca pertinência a existência de outras comissões de controlo. Poderá dizer-se que há sempre o risco de errar, sendo verdade que o há. Mas não é com comissões de controlo que se evitam os erros, possivelmente até se enredam, acumulam e ampliam. Errar ocasionalmente todos erram, repetir os mesmos erros é que é grave; para evitar que se

repitam, a melhor terapêutica é sentir na pele o seu verdadeiro custo, assumindo-os frontal e honestamente. É o que fazemos na nossa organização, desde sempre e a todos os níveis da sua estrutura, do Conselho de Administração até à mais pequena célula operacional. Temo-nos dado bem com esta filosofia e é com ela que iremos continuar.

Por outro lado, o Conselho de Administração desconhece a existência de quaisquer direitos especiais de algum accionista, de limites ao exercício dos direitos de voto estabelecidos nos estatutos ou de acordos parassociais.

IV.10. - Estrutura e Funcionamento do Órgão de Administração

Nos termos do Contrato Social, o Conselho de Administração é constituído por um número ímpar de membros, tendo o actual Conselho sido eleito em 29 de Abril de 1999, por um período de quatro anos, com um elenco de sete elementos.

Não existe Comissão Executiva, nos exactos termos em que é definida pelos Estatutos da Empresa, designadamente no seu artigo 20º. Mas há elementos do Conselho que desempenham funções de carácter executivo, com intervenção directa e diária na gestão corrente dos negócios e actividades da empresa, enquanto outros têm funções mais afastadas dessa gestão, situando-se antes numa linha de coordenação, aconselhamento e supervisão.

Há que entender que os membros da Administração de TD, incluindo e começando pelo seu Presidente, são pessoas que fizeram toda a sua carreira, durante muitos anos, ao serviço da Empresa. Trabalham nela desde praticamente o início da sua actividade profissional, tendo desempenhado as mais diversas tarefas e funções, conhecendo-a com todo o pormenor e estando em total sintonia de funcionamento. Não são gestores de ofício, que tenham cá chegado por interesses circunstanciais ou por lutas de bastidores dos accionistas, que não sabem onde se vêm envolvidos e que possam actuar em defesa de interesses sectorizados e parciais. Os Administradores de TD são “gente da casa”, há dezenas de anos, para quem os valores e princípios por que se regem e que sustentam as suas decisões são exclusivamente o progresso da Empresa e do seu Grupo, a sua perenidade, o seu engrandecimento e solidez e o permanente reforço da imagem de marca da casa matriz – uma Casa de Engenharia.

Dentro do Conselho de Administração, com excepção do seu Presidente Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte – pela sua figura ímpar – e do Eng.º Fernando Vilela – porque mais vocacionado para outras áreas do Grupo –, todos exercem funções executivas.

Nenhum dos Administradores foi alguma vez eleito em representação ou por nomeação de qualquer núcleo accionista, sendo todos eles independentes de interesses, influências ou pressões, venham de onde vierem. Os únicos interesses que defendem são o engrandecimento da Empresa, a sua perpetuidade, a sua robustez económica e financeira, a satisfação dos compromissos que assume, a defesa do seu prestígio e do seu bom nome, a manutenção e o reforço da sua imagem e do conceito em que é tida no mercado como sendo uma Empresa séria, honesta, competente, fiável e responsável.

Entretanto, cumprindo o elementar dever de justiça, expressamos – em nome deste Conselho e no de toda a Empresa – a nossa homenagem e o nosso reconhecimento ao Eng.º António Manuel Pires Carreto que, ao atingir 65 anos de idade, muitos deles de relevantes serviços prestados à TEIXEIRA DUARTE com enorme dedicação e excepcional competência técnica, renunciou em Julho de 2002 ao seu cargo de Administrador da Sociedade, embora se tenha disponibilizado com a sua valiosa experiência para manter outras colaborações de que já vinham beneficiando várias Empresas do Grupo.

Após lhe ter exarado em Acta um voto de louvor e de apreço, o Conselho de Administração, considerando que estava já próximo o fecho do exercício e com ele também o final do mandato para que fora designado, optou por não proceder à sua substituição por cooptação, portanto aguardando antes que a Assembleia Geral Anual, agora já convocada e também para exercer as suas competências eleitorais, delibere sobre a futura composição deste e dos demais órgãos sociais.

Posto isto informa-se que os actuais membros da Administração de TD desempenham também os seguintes cargos em outras Sociedades:

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte

Teixeira Duarte - SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

TDI - Imobiliária, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Administrador/ <i>Director</i>
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	Gerente/ <i>Manager</i>
F+P Imobiliária, Lda.	Gerente/ <i>Manager</i>
Hipus - Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.	Gerente/ <i>Manager</i>
Banco Comercial Português, S.A.	Membro do Conselho Superior/ <i>Member of Higher Council</i>
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	Membro do Conselho Delegado/ <i>Member of the Board of Delegates</i>
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	Membro do Conselho Geral/ <i>Member of the General Board</i>

Dr. Manuel Ferreira

Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Eurotd - Sistemas de Informação, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
PTG - SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Serafim Lopes Andrade, S.A.R.L.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
TDO - SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Tratado - Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Petas - Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Gás Natural, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
SPI - Sociedade de Petróleo Independentes, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Tedal - SGPS, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
Teixeira Duarte - SGPS, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Administrador/ <i>Director</i>

Topspin - SGPS, S.A.	Administrador/Director
Topspin - Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador/Director
Topspin - Centro Desportivo de Ténis Internacional, S.A.	Administrador/Director
Lisboa Ténis Clube, Lda.	Gerente/Manager
Imopar - Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.	Membro do Conselho Fiscal/ <i>Member of the Supervisory Board</i>
Imoc - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	Membro do Conselho Fiscal/ <i>Member of the Supervisory Board</i>
<hr/>	
Eng.º António José Lobo Ferreira Gonçalves	
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Administrador/Director
<hr/>	
Eng.º Fernando Lopes do Rosário Vilela	
Gasoarco - Comércio de Combustíveis, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Gás Natural, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
SPI - Sociedade de Petróleo Independentes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Presidente do Conselho de Administração/ <i>Chairman of the Board of Directors</i>
Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.	Administrador/Director
Avia Portugal, S.A.	Administrador/Director
PTG - SGPS, S.A.	Administrador/Director
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador/Director
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	Administrador/Director
Álvaro Luís & Rui, Lda.	Gerente/Manager
DN Gás - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	Gerente/Manager
E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.	Gerente/Manager
Rocha & Monteiro, Lda.	Gerente/Manager
Transportes Centrais de Matosinhos, Lda.	Gerente/Manager
Vijol, Lda.	Gerente/Manager

No exercício de 2002, as remunerações auferidas pelo conjunto dos titulares do Conselho de Administração foram de 713.350 euros, conforme se indica na pág. 53 deste relatório, onde estão também mencionadas as remunerações fixas e as variáveis, bem como as que respeitam aos membros executivos e aos não executivos. As remunerações variáveis, nada têm a ver com a evolução das cotações das acções da sociedade, dependendo sim dos resultados do exercício. As remunerações respeitam à globalidade das funções exercidas pelos membros do Conselho quer na Sociedade, quer em quaisquer outras entidades de todo o Grupo.

O Conselho de Administração, com o apoio do Secretário da Sociedade, reúne-se em plenário pelo menos uma vez por mês, tendo no exercício realizado um total de 22 reuniões. Nestas participa regularmente o Fiscal Único, que desta forma se mantém informado sobre as questões de maior impacto para a Sociedade e para as empresas que integram o seu Grupo. Os membros com funções executivas têm contactos e encontros sectoriais frequentes, reunem-se em conjunto semanalmente e comunicam de imediato com os restantes titulares do Conselho de Administração, no caso de surgirem assuntos importantes e urgentes. Todos os membros do Conselho de Administração exercem funções no Grupo TD em regime de tempo completo. Sem prejuízo do exercício colegial das funções, cada um dos seus membros é mais especialmente responsável por determinadas áreas funcionais ou de determinados negócios.

V. - ANÁLISE SECTORIAL

V.1. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

V.1.1. - MERCADO INTERNO

A) Actividade Geral

Apesar do agravamento da situação económica no País, que atingiu a generalidade dos sectores e em particular a construção, conseguimos alcançar no exercício todos os nossos objectivos quer em termos de volumes de produção, quer de resultados.

Para isso contribuiram, para além de condições climatéricas bastante favoráveis nos primeiros meses do ano – contrariamente ao que tinha sucedido em 2001 –, a nossa condição de Empresa generalista e polivalente, que lhe permite tirar partido das suas múltiplas capacidades para, desse modo, compensar algumas áreas mais deprimidas. Assim, no ano em análise, a nossa participação nos grandes projectos de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, bem como em empreendimentos de concepção/construção com duração plurianual, foi fundamental para a consecução de todas as metas que havíamos traçado.

Entretanto, um outro objectivo que cumprimos, de grande significado e impacto em toda a organização, pela forma empenhada e participada como todos os níveis de intervenção – administração, centros de exploração, direcções centrais, serviços de apoio, etc. – corresponderam, foi a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade que, desde 20 de Dezembro, foi outorgado à TD, no âmbito da “Construção Civil, Industrial e Obras Públicas, incluindo Tecnologia de Fundações”. Pode dizer-se que foi um processo e uma tarefa bem assumida e assimilada por toda a Empresa, que penetrou e se enraizou em todas as suas células e componentes, conscientes de que não se tratava de um mero formalismo burocrático, tendente à obtenção de atestados e diplomas, que apressadamente se vêm exibir e publicitar, por vezes de forma tão emotiva e tão pouco convincente.

Mantivemos, de forma persistente, sistemática e por vezes particularmente incisiva, os nossos esforços e investimentos, tanto em meios materiais como humanos, no prioritário capítulo da segurança em todos os locais de trabalho. É matéria sobre a qual se reconhece como fundamental a existência de uma formação específica, alargada a todos os níveis hierárquicos, a par de uma disciplina muito firme, que inclua tolerância zero para quem conscientemente viole as respectivas regras e procedimentos. Fruto desta nossa determinação e convicção em investir, formar e disciplinar, temos conseguido uma evolução muito positiva nos índices de sinistralidade, dos quais os mais representativos – índice de frequência e índice de gravidade – tiveram no ano de 2002 os melhores valores, desde que dispomos de registos sistematizados e que os situam em patamares de eficiência segundo os padrões internacionais.

Outro tema a que damos particular importância é o da preservação ambiental. Entendemos que se trata, antes de tudo, de uma questão de civismo, de educação, de cultura, de cidadania, que tem de existir dentro de cada um. Na TD temos esta atitude, abraçamos estes princípios. Somos e queremos continuar a ser uma empresa civilizada, respeitadora e amiga do ambiente; lutamos contra o “pato bravismo” em todas as suas manifestações, das quais uma das mais frequentes, flagrantes e chocantes é a falta de educação para com o meio em que vivemos.

A área de Orçamentos, Estudos e Projectos esteve presente nos principais concursos públicos e privados lançados no ano em análise, totalizando 753 propostas no valor global de 2.475 milhões de euros, das quais 38 foram em associação, atingindo estas o valor de 582 milhões de euros.

O montante das adjudicações atingiu 271 milhões de euros, contribuindo para a abertura de 141 estaleiros. Tal valor foi inferior ao do ano passado, o que se deve, por um lado, à forte quebra do mercado no referente a grandes e médios concursos (adaptados à dimensão da Empresa) e, por outro não menos importante, à prossecução de uma salutar política de não pactuar com adulterações dos preços.

Continuamos a pensar que esta postura de preferir margens a quantidade é o caminho certo, tendo em vista o presente e, fundamentalmente, o futuro da Empresa, tal como apontam as previsões de resultados para 2003.

A carteira de encomendas atingirá o montante de 1.021 milhões de euros, o que permitirá uma satisfatória ocupação dos meios humanos e do equipamento em 2003.

Efectuámos durante o exercício um investimento de 3,7 milhões de euros em equipamentos, valor que reflecte alguma prudência e expectativa sobre a evolução do mercado. As principais máquinas adquiridas foram uma pavimentadora de betuminosos, uma grua torre, uma grua automóvel, uma giratória e dois dumpers articulados off-road.

A taxa de ocupação global do equipamento foi de 66%, que apesar de inferior aos 70% do ano anterior, ainda assim podemos considerar satisfatória, tendo em conta a conjuntura do mercado.

O Laboratório de Betões renovou a sua acreditação segundo o Sistema Português de Qualidade, prosseguindo a sua actividade no âmbito da investigação aplicada nas tecnologias de fabrico e aplicação de novos produtos e derivados de betão, tendo dado, neste âmbito, valioso contributo nos trabalhos de reparação da Ponte da Arrábida. Continuou, para além disso, com os estudos, acompanhamento e controlo sistemático dos betões utilizados nas obras.

No que concerne à política de recursos humanos, cabe assinalar a entrada em funcionamento de novas instalações do Serviço de Medicina do Trabalho, no Edifício 1, do Lagoas Park.

Quanto à vertente do desenvolvimento pessoal e profissional, foram realizadas 41.428 horas em acções de formação interna e 6.115 horas de formação externa, abrangendo 480 trabalhadores. Foram mantidos todos os benefícios sociais em vigor, alargando-se, ainda, o leque de opções no seguro de saúde através de rede convencionada. O fundo de pensões foi uma vez mais reforçado, com um montante de 3 milhões de euros.

Prosseguimos uma criteriosa e prudente política de recrutamento e selecção de novos trabalhadores, bem como acrescemos a exigência dos parâmetros indispensáveis para a integração no quadro permanente. Mediante uma análise casuística muito cuidadosa, têm-se vindo a criar condições estimuladoras da passagem à reforma daqueles trabalhadores que mostrem disponibilidade nesse sentido, atentas à sua idade e ao nível de cobertura de segurança social a que têm direito.

Em 31 de Dezembro, o número de trabalhadores da Empresa em Portugal era, comparado com o do ano anterior, o seguinte:

	Em 31/12/2002	Em 31/12/2001	2002/2001
Quadros Superiores	315	333	95%
Enquadramento	349	345	101%
Pessoal Especializado	1.132	1152	98%
Outros	185	226	82%
TOTAL	1.981	2.056	96%

De entre os quadros superiores, 238, ou seja 76%, são Engenheiros.

B) EXPLORAÇÃO

Tínhamos definido a meta de 420 milhões de euros para a produção de TD em 2002, valor que acabou por atingir 419,5 milhões de euros, o que consideramos excelente se tivermos em linha de conta a progressiva deterioração do mercado que se veio a verificar ao longo do ano.

De novo e uma vez mais, todos os centros de exploração fizeram gala da sua enorme capacidade produtiva e da polivalência dos seus recursos, permitindo atempadas e estratégicas migrações dos seus quadros, enquadramento e staff dos centros menos ocupados para aqueles com maiores solicitações, no cumprimento de uma política global de optimização dos recursos disponíveis e mediante a aplicação prática do princípio da solidariedade que atravessa toda a nossa forma de estar e de trabalhar.

GEOTECNIA E FUNDAÇÕES

Nos primeiros sete meses de 2002, graças fundamentalmente ao trabalho angariado no ano anterior, tivemos um nível de produção com plena ocupação de pessoal e equipamento. Todavia, nos últimos cinco meses, verificou-se uma quebra da actividade, pelo que terminámos o exercício com níveis de facturação semelhantes aos do ano transacto.

Das obras realizadas, começamos por destacar as que se integram na construção do Metro do Porto, designadamente as paredes de contenção da Estação da Av. de França; o poço de Salgueiros e Estações do Heroísmo e Lima; o muro de Campanhã, com 16.500 ml de estacas de betão armado Ø 800 mm e 3.600 ml de estacas de betão plástico Ø 800. Também na zona do Parque das Nações, em Lisboa, executámos 27.000 m² de parede moldada e 12.000 ml de estacas, em diversas obras.

Para o IPPAR, no Convento de Santa Clara, em Coimbra, realizámos 10.500 m² de cortina em parede moldada, plástica e de betão; 1.300 m² de jet-grouting e 13.850 ml de furação com consumo de 2.903 ton. de cimento em injecções de impermeabilização. Finalmente, integradas nas fundações do viaduto da Via do Infante, troço Alcantarilha/Lagos, executámos 5.000 ml de estacas Ø 1.500 mm e 1.300 ml de Ø 800/Ø 1.200 mm, para além da cravação de 4.300 m² de estacas pranchas em enseadeiras.

CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL

A conjuntura depressiva do mercado influenciou a actividade deste centro que, em sintonia com o que sempre tem sido a atitude da Empresa nestas circunstâncias, adoptou uma estratégia de prudência na selecção de clientes e na gestão dos contratos, a qual, embora traduzindo-se em alguma descida dos volumes de produção, permitiu manter e até subir os níveis de rentabilidade.

Na recuperação/remodelação de edifícios, concluímos os trabalhos no Pátio da Inquisição, para a Câmara Municipal de Coimbra, o Hospício D^a Maria Amélia, no Funchal, o Mercado de Ponte de Lima e prosseguimos com a recuperação do Convento de Santa Clara, em Coimbra, para o IPPAR.

Para Bancos, Serviços e Comércio, além de diversas agências bancárias, construímos importantes obras no Taguspark, nomeadamente o Edifício Qualidade. Na Av. da Liberdade, em Lisboa, executámos um magnífico edifício de escritórios, para o Grupo Revilla e na Zona Expo realizámos a estrutura para um vultuoso empreendimento da Expoland.

No Ensino e Ciências, terminámos a Reitoria da Universidade Nova e o Edifício C6, para a Faculdade de Ciências de Lisboa.

Em Estacionamentos e Transportes, concluímos com notável qualidade estrutural e estética o Parque de Estacionamento, Viadutos e Terminais de Bagagens do Aeroporto Francisco Sá Carneiro no Porto, bem como diversas obras no Aeroporto de Lisboa, para a A.N.A.. Na SCUT da Beira Interior construímos o CAM da Área de Serviço da Lardosa.

Na Construção Industrial, terminámos a empreitada de remodelação da Siderurgia no Seixal, bem como a Unidade de Fabrico de Argamassas Secas para a Ciarga, em Condeixa.

No Desporto e Recreio, prosseguimos a construção das Piscinas Olímpicas do Funchal e de Coruche, tendo realizado também as excelentes instalações do Holmes Place, na Av. da Liberdade, em Lisboa, bem como um conjunto de Salas de Cinema no Fórum Almada, para além de termos dado início aos do Fórum Montijo e do Odivelas Parque.

No segmento da habitação, prosseguimos, entre outros, os trabalhos no conjunto do Cojo, em Aveiro.

Para empresas do nosso Grupo, concluímos o Aparthotel Alpinus, em Albufeira, o Parque Industrial da Abrunheira e o CDH de Porto Salvo, 2^a Fase. Prosseguimos o desenvolvimento dos Edifícios de Escritório no Lagoas Park e iniciámos os do conjunto habitacional Fórum Oeiras.

OBRAS PÚBLICAS

Dispondo de uma carteira de obras que, embora não em muito elevado número, são de alta produção e se encontram em pleno período de maturação, este centro atingiu facturações que excederam as do ano anterior e superou as previsões que tinham sido adiantadas, com níveis de rentabilidade também acima do previsto. Funcionou em pleno a interactividade e a coordenação entre todos os centros de exploração da Empresa, com a racionalização e optimização dos recursos totais disponíveis, particularmente os recursos humanos, que vieram reforçar este sector à medida que se geraram subocupações noutros menos solicitados.

Se não tivessem persistido as obsoletas disposições legislativas que não permitem as revisões de preços das empreitadas antes que atinjam o aumento de 3% – o que, de forma reiterada, tanto nós como a associação de empresas do sector, têm vindo a reclamar –, então o valor da facturação e as margens teriam sido ainda superiores e reflectiriam com maior aproximação o justo valor dos trabalhos realizados. Esta falta de decisão das entidades governamentais é uma daquelas a que fizemos referência na introdução deste relatório. Outra, é a falta de respeito pelos prazos de pagamento contratuais, que são sistemática e largamente ultrapassados.

A disciplina que se exige a todos os cidadãos e a todas as empresas, para que paguem pontualmente as suas obrigações fiscais, o que de resto mais não é do que um dever básico do seu comportamento, não tem contrapartida da parte do Estado para com as empresas, que esperam largos meses e até anos pela remuneração dos seus trabalhos. E, para mais, os juros de mora a que têm direito por esses atrasos, quando são debitados, a taxas que não respeitam as directivas comunitárias, por mais uma falta de decisão dos organismos competentes, são muitas vezes entendidos como uma “retaliação” dos construtores. Estas duas matérias – revisão de preços e prazos de pagamento – são de tal forma impactantes, injustas e perturbadoras do regular funcionamento do mercado, que se torna incompreensível a ausência de medidas correctivas da parte do Governo.

De entre as obras realizadas, destacamos para a REFER a conclusão das Estações e outros trabalhos associados em Queluz/Belas e Rio de Mouro, na Linha de Sintra, bem como o arranque e entrada em pleno desenvolvimento da empreitada de beneficiação do troço Quintans/Ovar, na Linha do Norte, realizada por um consórcio que lideramos.

Concluímos, com integral respeito pelos prazos, segurança e qualidade, o Viaduto do Gavião na A2; para o mesmo cliente – a Brisa – temos em pleno avanço o Viaduto do Loureiro na A10, que representa uma obra de grande exigência técnica em todas as suas vertentes, designadamente na da segurança, que temos vindo a cumprir integralmente. Também com magnífica evolução tem decorrido a empreitada integrada na construção do IP2, na Autoestrada da Beira Interior, tendo sido abertos ao tráfego em meados do ano os primeiros troços; a sua conclusão está agendada para o terceiro trimestre de 2003, mas há fortes perspectivas que possa ser antecipada para o mês de Agosto.

Na Região Autónoma da Madeira arrancaram e tiveram grande desenvolvimento os trabalhos do túnel rodoviário da variante da Ponta do Sol, assim como a construção da Central Dessalinizadora de Porto Santo; entretanto, já no início de 2003, foi contratada a obra da variante Faial/Santana.

Prosseguiram os trabalhos de remodelação das Cozinhas no Hospital de Faro, assim como no Hospital Curry Cabral, em Lisboa; em curso estão também as obras de adaptação do Ex-Sanatório de S. Brás de Alportel a um Centro de Medicina Física e de Reabilitação.

Para o IDRHA, foram iniciadas as obras de conclusão da tomada de água e estação elevatória do Conchoso. Em Lagos, foi lançada e teve grande incremento a construção de uma Clínica Médica, para a Medilagos. Em Sines, para a TDCIM, arrancou a construção de um parque de armazenamento e moagem de clinquer.

Com especial relevo, cabe referir a conclusão das obras de beneficiação e reabilitação da Ponte da Arrábida, no Porto; foi um trabalho de grande qualidade e de alto risco em termos de segurança, que constituiu, além do mais, uma excelente oportunidade para o aprofundamento e ampliação dos conhecimentos relacionados com as patologias do betão e suas terapêuticas.

Em fase de preparação para o lançamento dos trabalhos no terreno está o Metro Sul do Tejo, enquanto que o SATU – Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras, teve um arranque e um desenvolvimento espectaculares, com abertura de frentes de trabalho em toda a extensão dos seus cerca de 1,2 quilómetros, desde a Estação dos Navegantes, em Paço de Arcos até ao Oeiras Parque.

Para 2003, a carteira de obras permite antever níveis de produção com valores que poderão exceder os realizados em 2002.

METALOMECÂNICA

Na área das pontes metálicas, iniciámos a reparação da ponte ferroviária de Portimão, para a REFER, bem como a ponte rodoviária sobre o rio Corgo, em Vila Real, para o ICERR. Em Angola, ficaram praticamente concluídos os trabalhos de recuperação e beneficiação da estrutura metálica da Ponte da Barra do rio Kwanza, incluindo substituição total do atirantamento e nova pavimentação.

Para outros centros de exploração da Empresa, realizámos e estão em curso diversas estruturas quer para edifícios, quer para instalações industriais.

CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO (COC)

Tal como previsto, o nível de actividade não atingiu valores tão elevados como os do ano anterior, tendo no entanto, permitido uma ocupação bastante razoável dos recursos existentes.

Referem-se as intervenções no Edifício “Aveiro Centrum”, no Viaduto do Loureiro, na Clínica Médica de Lagos, na Tomada de Água do Conchoso e nas lajes de travamento na estação do Metro do Terreiro do Paço.

Na Região Autónoma da Madeira, participámos na execução dos reservatórios da central de desalinização de Porto Santo.

Quanto às nossas associadas, realizámos para a OFM trabalhos de cimbres e cofragens de obras do Metro do Porto e, para a PETRIN, concluímos o posto de abastecimento AVIA, em Albergaria-a-Velha.

Na especialidade do pré-esforço, continuámos com a participação no Viaduto do Loureiro.

Especial menção para os trabalhos de cimbres e cofragens integrados na construção do SATU, em Oeiras, que requerem grande rigor, planeamento e controlo em todas as suas vertentes, designadamente na segurança e qualidade.

Para 2003 perspectiva-se um volume de obras com produção semelhante ao do ano agora em análise, que irão permitir a continuidade das tarefas de formação de recursos humanos no sentido de conseguirmos, com níveis de segurança cada vez mais altos, a melhoria contínua dos padrões de qualidade.

C) PARTICIPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES

O quadro da pág. 8 documenta as numerosas sociedades e associações em que participamos, assim como os consórcios e ACE's que integramos com outras empresas.

Como atrás já ficou anunciado, na medida em que cada uma dessas entidades tem os seus próprios órgãos de gestão e elabora os respectivos relatórios de actividade, neste capítulo apenas faremos algumas breves referências e, ainda assim, restritas a só uma pequena parte das componentes de tal conjunto.

A **BELBETÕES - FUNDAÇÕES E BETÕES ESPECIAIS, LDA.**, confirmando as previsões que tinham sido avançadas no relatório do ano anterior, constatamos que a empresa obteve um crescimento do volume de negócios muito expressivo, alcançando 11,1 milhões de euros. Os resultados foram positivos e reflectem uma estrutura operativa e eficaz.

Na actividade de Reabilitação e Reforço de Estruturas e do Património Arquitectónico, é de salientar a conclusão da ponte da Arrábida, no Porto, a protecção catódica da ponte ferroviária de Portimão, o reforço estrutural do Hotel Golf Mar no Vimeiro, a ponte de Barca de Alva, a ponte da Sancheira e o aqueduto de São Sebastião, em Coimbra. Em curso está o reforço da ponte de Vila Real e o tratamento de taludes no Hotel Golf Mar, no Vimeiro.

Na área da demolição de betões é de sublinhar o corte com disco de elementos de grande volume no Cascaishopping e, em matéria de estudos, inspecção e ensaios, colaborámos nos realizados em 12 pontes ferroviárias do Rio Douro e em viadutos ferroviários da Linha do Norte.

Participámos em diversos seminários, conferências e encontros, com a apresentação de comunicações sobre a reabilitação e reforço de estruturas, sendo de destacar a conferência sobre reparação de pontes realizada no LNEC. Além destes aspectos, há que salientar também a investigação própria, nomeadamente em argamassas de alta resistência e argamassas tradicionais para intervenção em monumentos.

Neste exercício foram feitos investimentos em equipamentos especializados de microestacas e de corte de betão.

Para 2003 as previsões são de alcançarmos níveis de produção semelhantes aos do presente exercício.

A **EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, LDA.**, realizou um total de 25,5 milhões de euros de proveitos operacionais, montante consideravelmente superior ao obtido no ano anterior, mediante a sua intervenção em importantes obras da sua especialidade, das quais destacamos:

- Túneis da Ramela e da Gardunha, na SCUT da Beira Interior; variante à Vila da Ponta do Sol, que inclui um túnel rodoviário com 2.600 metros; Túnel de Mato Forte, na autoestrada Bucelas/Carregado; Túneis de Alforneiros, do posto de tracção e do Término da Falagueira, na Linha azul do Metropolitano de Lisboa; câmara de alargamento entre as Linhas C e J do Túnel da Lapa e Túnel da Linha J a partir da estação da Trindade, para o Metropolitano do Porto.

Em complemento da sua actividade nuclear e aproveitando o “know-how” desenvolvido em anos anteriores no campo da instrumentação e monitorização de estruturas, a EPOS passou também a explorar e a disponibilizar no mercado esta área de negócio.

A **SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, S.A.**, obteve proveitos operacionais de 48,6 milhões de euros, um significativo acréscimo em relação ao ano anterior. Com um investimento de 3,6 milhões de euros, manteve a sua política de renovação tecnológica e de reforço do equipamento ferroviário. Das obras em curso, destacam-se para a REFER, E.P.:

- Via férrea e catenária na remodelação da cabeceira Norte de Campanhã e ligação a seis vias a Contumil; rebalastragem de via férrea na linha do Oeste entre Meleças e Malveira; contrato de conservação de via férrea da linha da Beira Alta; contrato de conservação pesada de via da rede ferroviária nacional; via férrea e catenária do subtroço 3.2. - Quintans/Ovar na linha do Norte; via férrea e catenária no troço Ermidas/Funcheira da linha do Sul.

No âmbito da construção do Metro do Porto, executaram-se trabalhos de via férrea para a Transmetro.

A OFM - OBRAS PÚBLICAS, FERROVIÁRIAS E MARÍTIMAS, S.A., alcançou proveitos operacionais de 27,4 milhões de euros, um aumento de 26,3% sobre o ano transacto.

No sector das obras marítimas/fluviais salientamos:

- Obras marítimas do sector de pesca do porto de Peniche; trabalhos similares no porto de Ponta Delgada; cais de pesca do porto de Sesimbra; porto de abrigo no porto de pesca costeira de Aveiro; infraestruturas para instalação de um “geiser”, em Paço de Arcos; reparação e protecção do molhe pombalino, em Paço de Arcos; nova captação de água para a piscina atlântica de Oeiras; recarga e reperfilamento do molhe sul do porto da Figueira da Foz.

Na área ferroviária, para além das intervenções conjuntas com a Somafel, realizou directamente algumas obras, entre as quais: prolongamento da passagem inferior de peões da estação de Campanhã; passagem inferior da VCI na linha C do Metro do Porto; cinco passagens superiores à linha ferroviária do sul; plataforma ferroviária na linha do Alentejo na zona de Pinhal Novo; trabalhos de construção civil na linha do Oeste entre Meleças e Malveira.

O GCF - GRUPO CONSTRUTOR DA FEIRA, ACE, prosseguiu as obras do sistema de abastecimento de água e saneamento do concelho da Feira.

O METROPAÇO, ACE, deu um notável avanço nas obras de construção da Estação do Metro da Lisboa, no Terreiro do Paço, trabalhos que se vêm realizando numa complexa envolvente de natureza geotécnica e não só. A especificidade das actividades em curso tem permitido a intervenção das mais distintas entidades e sido objecto de diversas campanhas de monitorização, as quais têm possibilitado a recolha de preciosas informações e conduzido a algumas conclusões. Uma delas, e não certamente a de menor importância, é a de que o agrupamento construtor sempre fez e continua a fazer um excelente trabalho.

O ACESTRADA - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, ACE, desenvolveu a sua actividade dentro de todos os parâmetros estabelecidos, designadamente no cumprimento e até antecipação dos prazos, tendo já sido abertos ao tráfego diversos troços da autoestrada da Beira Interior. Para finais de 2003 está programada a conclusão de toda a obra, havendo no entanto forte possibilidade, sempre dependendo das condições atmosféricas, de se conseguir uma antecipação.

A TDGI - TECNOLOGIA DE GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A., consolidou a sua actividade, afirmando-se em termos técnicos e quadruplicando os seus proveitos com a angariação de novos clientes, aos quais presta serviços na condução e manutenção dos seus edifícios. Iniciou também a gestão e manutenção de quatro hotéis, sector onde se prevê um significativo crescimento.

O METROLIGEIRO - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, ACE, é um agrupamento de empresas, liderado por TD, a quem está cometida a tarefa de construção das infraestruturas de longa duração necessárias para a instalação do metroligeiro na margem sul do Tejo, nos concelhos de Almada e do Seixal. Vem desenvolvendo todas as diligências preparatórias inerentes ao lançamento de uma obra desta natureza e com esta envergadura, estando previsto para o 1º trimestre de 2003 o arranque dos trabalhos no terreno.

TRÊS PONTO DOIS, ACE, é um outro agrupamento complementar de empresas que também lideramos, o qual desenvolve os trabalhos de construção civil integrados na empreitada de modernização do subtroço Quintans/Ovar da Linha do Norte. A obra teve o seu início nos primeiros meses do ano e, mediante uma proficiente coordenação e interligação das partes envolvidas, tem vindo a ser realizada com excelente ritmo.

V.1.2 - MERCADO EXTERNO

Sem considerar aqui as participações mantidas em Macau, continuámos com as nossas actividades nos três mercados onde estamos implantados há muitos anos – Angola, Moçambique e Venezuela.

V.1.2.1 - ANGOLA

A situação de paz generalizada em praticamente todo o País, que foi finalmente possível alcançar durante o ano, irá permitir criar condições para que sejam iniciadas novas etapas de desenvolvimento, com evidentes reflexos positivos para a Nação Angolana e para os que nela trabalham. Um dos sectores que, no imediato, mais poderá sentir esses benefícios é o da actividade no domínio das obras públicas. Entretanto e acompanhando também o clima de abertura propiciado pela nova situação, foi celebrado a nível político um acordo para o pagamento da dívida de Angola a Portugal, facto que deveria potenciar uma acrescida capacidade de intervenção da nossa Empresa neste mercado, compensando, de algum modo, a carência de linhas de crédito com que nos defrontamos e que nos faz perder capacidade competitiva face às concorrentes brasileiras e, mais recentemente, sul africanas, que dispõem de forte apoio financeiro.

Durante o ano terminámos na data prevista o novo Hotel Alvalade e demos início a um edifício de escritórios, ambos para Empresas do Grupo. Para o INEA concluimos um Viaduto “em trevo” na zona do Aeroporto 4 de Fevereiro, completamos a recuperação da ponte do Rio Kwanza e começamos a reparação da ponte sobre o Rio Giraúl, na Província de Namibe. O sector de geotecnica e fundações executou estacas de betão armado para a nova ponte de Benfica, na região de Luanda.

Concluímos ainda uma nova fase de remodelação do Hotel Continental, uma agência do BAI, a 2^a fase da Imprensa Nacional, a ampliação do Hotel Tivoli, um parque de armazenamento para a TOTALFINAELF e a recuperação parcial do cais do terminal de carga geral, no Porto de Luanda.

Prosseguimos a construção do novo edifício sede da Angola Telecom, a ampliação da maternidade Augusto N’Gangula e iniciámos o Grande Hotel de Luanda, bem como a recuperação geral do Hospital do Prenda, em Luanda.

V.1.2.2 - MOÇAMBIQUE

Somente em finais do ano se assistiu ao lançamento de alguns concursos, que se espera venham a dar maior dinamismo ao sector da construção em 2003.

Para empresas do Grupo terminámos o edifício de escritórios na Av. Lenine e iniciámos a remodelação/ampliação do Hotel Avenida. Foram concluídas duas agências para o BIM e principiámos a construção de nove moradias para a Administração Nacional de Estradas.

V.1.2.3 - VENEZUELA

Como corolário de um ano de grave crise política, social e económica, o sector da construção sofreu uma queda de 32% do seu produto interno bruto.

A nossa filial Tegaven, já com uma longa experiência deste mercado, adequou-se à conjuntura e garantiu a sua rentabilidade económico-financeira, tirando partido da empreitada em curso de ampliação do Aeroporto Internacional de Maiquetia.

V.2. - IMOBILIÁRIA, HOTELARIA E COMÉRCIO ALIMENTAR

V.2.1. - MERCADO INTERNO

V.2.1.1. - IMOBILIÁRIA

Em 2002, o mercado imobiliário português manteve a tendência dominante de altos preços dos terrenos, a par da falta de liquidez no segmento habitacional e da quebra dos valores das rendas nos espaços destinados a escritórios.

No exercício investimos cerca de 61,4 milhões de euros, com o Projecto de Lagoas Park a absorver 63% deste montante. Neste Parque de Escritórios – destinados ao arrendamento – concluímos a construção de mais quatro edifícios, dos quais dois foram ocupados pela “Teixeira Duarte” e por sociedades do seu Grupo, um pela “BP” e outro pela “ONI”; demos continuidade à construção de outros três edifícios e teve início um outro bloco que inclui uma galeria comercial e um parque de estacionamento público.

De referir também a conclusão dos trabalhos de urbanismo na “Quinta de Cravel” e a continuação das construções no empreendimento “Gaia Nova”, todos em Vila Nova de Gaia, que no seu conjunto representam a construção de 321.800 m² acima do solo.

Alienámos lotes de terreno para construção em Galhardas, Lisboa, no valor de 17,7 milhões de euros, bem como diversas fracções autónomas no Edifício das Belas Artes, também em Lisboa no valor de cerca de 6 milhões de euros.

Demos continuidade às ações necessárias ao licenciamento de empreendimentos em Oeiras, Vila Franca de Xira, Faro, Amadora e Loures; prosseguiu a venda das fracções autónomas nos imóveis Jardim de Benfica, Green Park e Milénio, todos sitos em Lisboa e em fase final de comercialização.

No que concerne aos três Fundos de Investimento Imobiliário geridos pela TDF - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A., o valor líquido global do património sob gestão atingia, no final do exercício cerca de 547,1 milhões de euros. Desta total, activos no montante de 463,5 milhões de euros pertencem a dois Fundos Imobiliários de distribuição de rendimentos em que as unidades de participação se encontram dispersas pelo público.

O terceiro desses fundos, detido por empresas do Grupo Teixeira Duarte, tem um património de 83,6 milhões de euros e é um fundo de capitalização especialmente dedicado à promoção imobiliária. Neste exercício prosseguiu o desenvolvimento do “Forum Oeiras”, dando continuidade às respectivas obras de urbanização e à construção de quatro edifícios, tendo ainda iniciado a construção de mais outros três, tudo somando 76 apartamentos e 16 espaços comerciais. No que respeita ao “Abrunheira Park”, foram concluídos os trabalhos de remodelação dos 15.000 m² de armazéns.

Por último, damos conta que o Conselho, conforme ficara expressamente autorizado pela Assembleia Geral logo quando esta deliberou a relação de grupo relativamente à “SEIUR - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.”, procedeu no final do exercício à cedência de uma parte significativa do capital social dessa participada, fazendo portanto cessar a situação de domínio total.

V.2.1.2. - HOTELARIA

O clima de instabilidade global que se tem sentido influenciou negativamente a actividade, pelo que não se registou crescimento do número de entradas de turistas estrangeiros, tendo o mercado alemão mantido a tendência de descida e o britânico reforçado a sua quota. No Algarve, os turistas portugueses foram os mais numerosos.

Neste contexto, as unidades controladas pelo Grupo atingiram um volume de negócios de cerca de 5,6 milhões de euros, com a taxa de ocupação média no Algarve a atingir perto de 70%, superior em 9% à verificada no conjunto daquela região.

É também de mencionar a alienação da nossa participação na sociedade proprietária do Hotel Apartamento Alpinus, bem como da sociedade exploradora do Hotel Apartamento Olympus.

No sector da restauração, mantivemos a exploração do refeitório TAP e abriram-se dois novos restaurantes, em Lagoas Park.

V.2.2. - MERCADO EXTERNO

V.2.2.1. - ANGOLA

O segundo semestre do ano inverteu a tendência que se vinha sentindo, registando-se um aumento da procura que nos permitiu colocar praticamente todo o edifício das Ingombotas, o que levou à decisão de dar continuidade à construção do Edifício da Avenida Lenine, cujo final está previsto para Março de 2004.

De acordo com o programado, inaugurámos em Agosto o Hotel Alvalade que, apesar do curto espaço de tempo decorrido desde a sua abertura, consolidou já a sua presença no mercado, constituindo, juntamente com o Hotel Trópico também pertencente ao Grupo, as duas unidades de referência do sector hoteleiro em Angola.

Em Abril, após remodelados, reabrimos o Restaurante Pinto's e a Esplanada do Largo do Atlético, tendo o público vindo a corresponder, com a sua preferência, às nossas expectativas.

O sector das Pastelarias prosseguiu a sua actividade, estando prevista para Março de 2003 a abertura da nova fábrica que irá centralizar todo o fabrico, permitindo a ampliação da oferta em qualidade e quantidade.

No comércio alimentar, apesar do ainda irregular funcionamento do mercado, foi possível expandir as vendas da MAXI relativamente ao ano anterior, sendo a previsão para 2003 de algum optimismo.

V.2.2.2. - MOÇAMBIQUE

Tal como nos restantes sectores da economia Moçambicana, registou-se no mercado imobiliário e hoteleiro um decréscimo de actividade comparativamente ao ano anterior. Na imobiliária, salienta-se a comercialização do condomínio Miramar e do Utomi Park, continuando o Polana Shopping Center a registar bons níveis de ocupação das lojas.

Na hotelaria iniciámos a ampliação e remodelação do Hotel Avenida, que reabrirá em Junho de 2003 com 159 quartos, piscina, Health Club e 7 salas de conferência, com uma classificação de 5 estrelas. O Hotel Tivoli Beira e o Hotel Tivoli Maputo registaram em 2002 taxas de ocupação de 50 e 60%, respectivamente.

V.2.2.3. - VENEZUELA

Perante um contexto onde o mercado imobiliário teve uma quebra de 42% em unidades vendidas, com uma descida dos preços de em média 30%, não foi possível concluir a totalidade das vendas do edifício em La Castellana, Caracas.

V.3. - COMERCIALIZAÇÃO DE VIATURAS E COMBUSTÍVEIS

V.3.1. - MERCADO INTERNO

V.3.1.1. - VIATURAS

O agravamento da situação económica, que se veio sobrepor aos reflexos negativos das alterações na fiscalidade automóvel (IA), afectou fortemente o segmento de mercado onde a Mitsubishi detinha posição de destaque. Esta conjuntura levou-nos a uma forte contenção nos custos e ao encerramento do stand de Benfica.

A prestação da assistência após venda tem-se mantido em bom nível, atenuando de algum modo as consequências desta prolongada e profunda crise.

V.3.1.2 - COMBUSTÍVEIS

Operamos através de 106 postos de abastecimento, tendo iniciado a construção de mais outros três novos.

Foi concluído o Projecto Base e o Estudo de Impacte Ambiental das instalações de Tancagem de Aveiro, que irá ser desenvolvido em terrenos concessionados pela Administração do Porto de Aveiro e que consideramos de grande importância na consolidação desta área de negócios.

Iniciámos o processo de fusão de uma dezena de empresas ligadas aos produtos petrolíferos, que irão ser incorporadas na “Petrin, S.A.”, mediante uma reestruturação que envolve a concentração do património, a racionalização da gestão e a simplificação dos procedimentos administrativos.

No ano em análise, tivemos um aumento do volume de vendas de 7%, atingindo os 254 milhões de litros.

V.3.2 - MERCADO EXTERNO

V.3.2.1 - ANGOLA

Empresas do nosso Grupo são os concessionários nacionais das viaturas Nissan, Daewoo e Peugeot. Porém, tendo sido liberalizado o mercado de veículos novos, terminou a exclusividade das representações, o que implicará, seguramente, uma necessidade acrescida de regulamentação e controlo das leis da concorrência.

Aumentámos em 5% o número total de unidades vendidas relativamente ao ano anterior, apesar de terem sido encerradas, durante o corrente ano as actividades da DAEWOO para África, sendo de salientar a subida da Peugeot no ranking das vendas globais.

As nossas oficinas registaram uma boa prestação, continuando em desenvolvimento o conceito de assistência multimarca.

V.4. - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras da TD no exercício de 2002 encontram-se evidenciadas no quadro da pág. 8 deste Relatório, sob título “GRUPO TEIXEIRA DUARTE – 2002”.

Em 31 de Dezembro de 2002, estas participações representavam um investimento da ordem de 478 milhões de euros, o que significa uma variação positiva de 2,3%, relativamente aos valores homólogos consignados no exercício anterior.

A “TEIXEIRA DUARTE” prossegue com determinação o desígnio de conservar o centro de decisão das sociedades em Portugal, através da aposta na capacidade e criatividade dos empresários e trabalhadores Portugueses.

Na **CIMPOR**, a participação da **TEIXEIRA DUARTE** alcançou 19,97 % do capital social, repartida entre 10,05 % detidos pela TD e 9,92 % de que é titular a **TEDAL - SGPS, S.A.**, sociedade incluída no universo do Grupo.

Neste ano, revestiram principal importância o reforço de participação na sociedade com o capital aberto ao investimento do público **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**, facto que, entre o mais, representa uma presença accionista continuada e empenhada numa das maiores e mais proeminentes empresas privadas portuguesas.

O reforço da participação ultrapassou os 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social, o que suscitou uma comunicação de participação qualificada ao Mercado, em Novembro de 2002. No final do exercício, registava-se uma participação de 2,29 % do capital social, detido pelas sociedades **TEDAL, SGPS, S.A.**, com 2,02%, e **TEIXEIRA DUARTE - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.**, com 0,27 %.

Na **SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A.**, aumentámos em 2,52 % a participação accionista face ao exercício anterior, registando-se, no final de 2002, uma posição correspondente a 19,99 % do capital social.

A **SCUTVIAS, AUTOESTRADA DA BEIRA INTERIOR, S.A.**, concessionária dos 178 Km de autoestrada que liga Abrantes à Guarda, inaugurou durante o exercício, conforme planeado, os primeiros troços do itinerário. Os trabalhos têm-se desenvolvido em sintonia com o programa, pelo que durante 2003 irão ser abertos ao tráfego e postos em exploração os restantes troços, entrando assim em serviço a totalidade desta via de comunicação.

Na área do Ambiente, as sociedades Indáqua e Recolte, prosseguiram as suas actividades num Mercado com grande potencial de desenvolvimento mas que persiste envolto num conjunto de indefinições políticas e estratégicas que dificultam as opções por parte das empresas que nele actuam.

Na **INDÁQUA - INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.**, sociedade que mantém participações maioritárias em três concessionárias/prestadoras de serviços e é accionista de referência da Hidrocontrato, S.A., mantivemos a posição de 14% no respectivo capital social.

A **RECOLTE - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.**, concluiu um processo de recomposição accionista, passando a TD a deter nesta sociedade uma participação de 50%.

No que se refere à **ETERGEST - SGPS, S.A.**, não foi possível concretizar um contrato promessa de compra e venda de uma participação maioritária da ordem dos 75% no capital social desta sociedade, tendo sido resolvido o referido contrato, conforme comunicação oportunamente feita ao mercado.

Ainda assim, manteve-se naquela sociedade uma participação residual de 11,67 % no seu capital social.

A sociedade **CPE - COMPANHIA DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A.**, na qual a TD detém uma participação maioritária de 60% do respectivo capital social, promoveu a exploração dos Parques da Praça do Município e do Alto do Parque, em Lisboa, do Centro Comercial Central Shopping no Porto e do Parque temporário em terreno na Villa Simões, em Benfica, Lisboa. Em Outubro de 2002, iniciou a exploração de 900 lugares de estacionamento pago à superfície, com parcómetros, em S. João da Madeira.

No âmbito da exploração dos Parques acima referenciados, a que correspondem 2.725 lugares de estacionamento, alcançaram-se proveitos totais da ordem dos 1,5 milhões de euros, i. e., um incremento de cerca de 2,37% relativamente ao ano anterior.

No exercício em análise, foi possível celebrar contratos de concessão e de constituição de direito de superfície de parques em S. João da Madeira, em Aveiro e no Porto, envolvendo um total de 2.616 lugares cobertos.

As negociações que actualmente estão em curso permitem perspectivar a abertura, a médio prazo (três anos), de um conjunto de Parques em Lisboa, Porto, Faro, Oliveira de Azeméis, Funchal e Oeiras (Lagoas Park), o que cria um potencial de cerca de 6.000 lugares cobertos em exploração, distribuídos por 15 parques, para além dos 1.900 lugares em parcómetros.

A **WEB-LAB - SGPS, S.A.**, prosseguiu em 2002 com a execução do plano de reestruturação económica que havia sido definido, dele resultando, fundamentalmente, a concentração das actividades, o desinvestimento em áreas de negócios não rentáveis e a alienação ou encerramento de empresas de menor interesse estratégico.

O Grupo registou progressos nos seus resultados operacionais face ao exercício de 2001, mas, devido à forte contenção de investimentos e à redução de custos ocorridas nos sectores das telecomunicações e sistemas de informação, não pôde atingir o volume de negócios previsto e, consequentemente, ainda não foram obtidos resultados positivos em 2002.

Face ao prejuízo que se havia verificado em 2001, tendo como consequência uma forte diminuição do Capital Próprio, a sociedade procedeu em Outubro de 2002 à redução do seu Capital Social de Eur: 45.500.000,00 para Eur: 4.550.000,00, pelo que esta participação do Grupo Teixeira Duarte perdeu relevância e até o interesse estratégico com que fora encarada de início.

A **EUROGTD - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.**, sociedade na qual a TEIXEIRA DUARTE detém uma participação maioritária de 78,69%, realizou no exercício proveitos operacionais de cerca de 5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 56%, relativamente a 2001.

No âmbito da actividade desenvolvida, destaca-se a entrada em exploração normal dos módulos da área de Logística (Aprovisionamentos, Armazéns, Tráfego e Custo de Trabalhos Oficiais/Obras), do módulo de Gestão de Concursos e Propostas e o início dos testes da nova Aplicação de Gestão de Recursos Humanos, que se prevê esteja disponível no 2º Trimestre de 2003.

Na área de Sistemas, Redes e Comunicações, foram executadas as redes de cablagem estruturada dos edifícios 1 e 2 do Empreendimento Lagoas Park (componentes activa e passiva), para o Grupo TEIXEIRA DUARTE, bem como dos edifícios 15 e 16 (componente passiva) no mesmo Empreendimento, para o Grupo ONI.

Registou-se ainda o início do estabelecimento de relações comerciais com a Administração Pública Central, objectivo que havia sido considerado relevante no desenvolvimento da actividade desta sociedade.

Entretanto, prossegue o desenvolvimento do projecto EUROSIG, designadamente quanto à sua conversão gradual para o ambiente cliente/servidor, com interface gráfica, auscultando-se parcerias para a sua distribuição e implementação.

Embora a conjuntura económica não seja favorável, a manutenção de um volume de negócios da ordem dos 5 milhões de euros afigura-se ser um objectivo possível de alcançar.

Nas participações que detemos em sociedades concessionárias de serviços públicos em Macau, sobressai a “**CPM - COMPANHIA DE PARQUES DE MACAU, S.A.**”, com relevantes actividades quer na exploração dos estacionamentos, quer em empreendimentos imobiliários, que podem dentro em breve vir a assumir desenvolvimentos ainda mais sólidos ao concluirmos as negociações, repetidamente adiadas pelas autoridades portuguesas mas reiniciadas com o novo Governo do Território, para revisão do respectivo estatuto de exclusividade mediante contrapartidas e em termos mais consentâneos com as realidades locais.

O **MTS - METRO, TRANSPORTES DO SUL, S.A.**, desenvolveu as suas operações no âmbito do contrato de concessão que assinou com o Estado Português, tendo por objecto o metro ligeiro nos concelhos de Almada e do Seixal.

Foram lançadas todas as tarefas de planeamento, organização e contratação das múltiplas actividades que o compõem, sendo que só em meados de Dezembro foi emitida a D.I.A. (Declaração de Impacto Ambiental), documento chave contratual que baliza o início da contagem dos prazos oficiais do empreendimento.

A **SATU-OEIRAS - SISTEMA AUTOMÁTICO DE TRANSPORTE URBANO, E.M.**, empresa de capitais maioritariamente públicos na qual a TEIXEIRA DUARTE participa como sócia, conjuntamente com a Câmara Municipal de Oeiras, detendo 49% do respectivo capital social, prosseguiu a sua actividade, na base de um conjunto de acordos públicos estabelecidos entre os seus sócios, designadamente um “Acordo Parassocial Intercalar” celebrado em Junho de 2002 e que enquadra, pormenorizadamente, o desenvolvimento da 1ª Fase do Projecto – Troço Paço de Arcos/Fórum.

No âmbito das prestações acessórias que cabem à TEIXEIRA DUARTE realizar, enquanto sócia da referida Empresa Municipal, iniciou-se em Julho de 2002 a construção da Infraestrutura correspondente à 1ª Fase, tendo sido contratualizado o fornecimento do equipamento/material circulante, também em Julho de 2002.

As obras tiveram de imediato um desenvolvimento notável, que tem posto à prova a capacidade de resposta de todas as entidades envolvidas, com particular incidência ao nível das expropriações, projecto “bom para execução”, levantamento e substituição de serviços e instalações afectados, etc.. Trata-se de um investimento que está a ser suportado quasi integralmente por TD, sendo fundamental que todos os múltiplos intervenientes no processo não deixem nunca de ter presente que os objectivos fundamentais – segurança, qualidade, rentabilidade e prazos – têm sempre como líder uma única entidade que é a Teixeira Duarte - Engenharia

e Construções, S.A.. Se a colaboração de todos os participantes for a mais adequada, está previsto que no final de 2003 seja posto em serviço do público a 1^a fase do empreendimento.

A **TDCIM** arrancou a sua actividade, por enquanto e neste exercício centrada na construção das infraestruturas necessárias à movimentação e armazenagem de cimento, clínquer, pozolanas e gessos, em área concessionada pela Administração do Porto de Sines.

De igual modo, encontra-se em fase avançada de desenvolvimento a construção das infraestruturas e instalação de equipamentos de uma Unidade de Produção de Cimento a partir da moagem de clínquer, também em Sines, prevendo-se que até ao final do ano de 2003 tal complexo esteja concluído e operacional.

Entretanto, têm decorrido conversações com a “Cimpor” tendo em vista determinar a possibilidade de estabelecimento de uma plataforma de interesses recíprocos quanto à futura exploração daquela Unidade de Produção de Cimento.

VI. - CONCLUSÕES/PERSPECTIVAS PARA 2003

Tendo sido atingidos os grandes objectivos da Empresa e do seu Grupo, apesar das envolventes muito adversas e complicadas em que teve de operar, tanto a nível interno como no plano internacional, consideramos que 2002 foi mais um ano de consolidação e reforço de todas as suas estruturas, designadamente no plano económico e financeiro.

As perspectivas para 2003, se considerarmos todas as variáveis e as tantas incertezas que se deparam no horizonte, obrigam-nos a ser bastante prudentes. Embora na actividade nuclear da construção nos possamos permitir previsões relativamente alentadoras, não podemos deixar de ter em conta outros sectores mais vulneráveis à actual crise, nomeadamente o da comercialização de viaturas e de combustíveis, bem como a enorme volatilidade dos mercados financeiros.

Neste enquadramento global, estabelecemos como objectivos para 2003 um volume de proveitos operacionais de 750 milhões de euros para o Grupo, com um resultado líquido de 21 milhões e uma produção de 420 milhões de euros para a Casa matriz “TEIXEIRA DUARTE”.

VII. - FACTOS OCORRIDOS APÓS CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

Por deliberação tomada na Assembleia Geral Anual de 24 de Fevereiro, deliberou o Banco Comercial Português proceder a um aumento do capital social, por novas entradas em dinheiro, no montante de 930.685.950 euros, tendo como objectivo um reforço dos seus fundos próprios.

Enquanto accionistas de referência desse maior Banco privado nacional, entenderam as Empresas do Grupo Teixeira Duarte que, em conjunto, eram já detentoras de uma participação qualificada, dever acompanhar tal aumento do capital, subscrevendo não só as parcelas atribuíveis às percentagens que possuíam como candidatando-se ainda ao rateio das sobrantes, convictas de que a sua postura, não especulativa mas antes de investidores a longo prazo, justifica uma vez mais esse investimento numa entidade mais que credível, continuando assim a assegurar a estabilidade de posições significativas que desde início decidiram assumir.

VIII. - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Prosseguindo a política desde sempre adoptada de considerar prioritário o reforço dos capitais próprios da Sociedade, embora mantendo também os propósitos de valorizar a distribuição de dividendos aos accionistas e de continuar a assegurar um complemento de remuneração aos seus trabalhadores, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2002, no montante de 21.021.991,58 euros, tenham a seguinte aplicação:

Para Reforço da Reserva Legal	1.100.000,00 euros
Para Reservas Livres	12.011.991,58 euros
Para Dividendos aos Accionistas	4.410.000,00 euros
Para Distribuição pelos Trabalhadores	3.500.000,00 euros

Porto Salvo, 28 de Março 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte



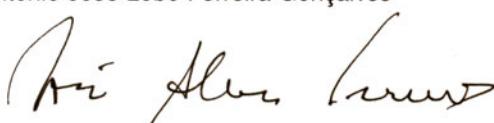
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte



Dr. Manuel Ferreira



Eng.º António José Lobo Ferreira Gonçalves



Eng.º José Alves Pereira



Eng.º Fernando Lopes do Rosário Vilela

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
 (Artigo 447º, nº 5 C.S.C.)

Posição Accionista	Acções em 2002-12-31
Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	28.849.440
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	8.012.300
José Alves Pereira	3.304.340
Manuel Ferreira	2.400.000
Fernando Lopes do Rosário Vilela	203.804

Movimentos Efectuados em 2002	Operação	Qt^a Acções	Data	Preço (euros)
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Compra	200.000	29-10-2002	0,65
Manuel Ferreira	Compra	37.480	23-12-2002	0,70
António José Lobo Ferreira Gonçalves	Venda	15.319	6-3-2002	1,18
	Venda	1.860	7-3-2002	1,18
	Venda	37.042	25-3-2002	1,17
	Venda	5.680	26-3-2002	1,17
	Venda	2.898	27-3-2002	1,17
	Venda	295	28-3-2002	1,17
	Venda	209.902	23-4-2002	1,11
Fernando Lopes do Rosário Vilela	Venda	15.000	15-1-2002	1,20

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
 (Artigo 448º nº 4 C.S.C.)

Posição Accionista	Acções 2002-12-31
Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	51.500.801
Gratac - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	58.700.000
TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	42.205.000

Participações Qualificadas

- 1) A Teixeira Duarte - SGPS, S.A. é imputada, nos termos do disposto no artigo 20º do CVM e de entendimento da CMVM, a participação qualificada de 229.873.239 acções, correspondente a 54,7% do capital e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 51.500.801 acções detidas directamente, correspondentes a 12,3% dos direitos de voto;
 - b) 58.700.000 acções detidas pela sociedade GRATAC - SGPS, S.A., correspondentes a 14,0% dos direitos de voto;
 - c) 42.205.000 acções detidas pela sociedade TDG - SGPS, S.A., correspondentes a 10,0% dos direitos de voto;
 - d) 60.835.024 acções detidas pelos membros dos Conselhos de Administração das três sociedades anteriormente identificadas, correspondentes a 14,5% dos direitos de voto;
 - e) 8.448.710 acções detidas pela sociedade TDP - SGPS, S.A., correspondentes a 2,0% dos direitos de voto, e 8.012.300 acções detidas pelos membros do respectivo Conselho de Administração, correspondentes a 1,9% dos direitos de voto, imputáveis a Teixeira Duarte - SGPS, S.A. em conformidade com entendimento da CMVM do qual se discorda e é objecto de recursos contenciosos.
- 2) A GRATAC - SGPS, S.A. é imputada, nos termos do disposto no artigo 20º do CVM, a participação qualificada de 83.064.392 acções, correspondente a 19,8% do capital e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 58.700.000 acções detidas directamente, correspondentes a 14,0% dos direitos de voto;
 - b) 24.364.392 acções detidas pelos membros do respectivo Conselho de Administração, correspondentes a 5,8% dos direitos de voto.
- 3) A TDG - SGPS, S.A. é imputada, nos termos do disposto no artigo 20º do CVM, a participação qualificada de 60.835.024 acções, correspondente a 14,5% do capital e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 42.205.000 acções detidas directamente, correspondentes a 10,0% dos direitos de voto;
 - b) 18.630.024 acções detidas pelos membros do respectivo Conselho de Administração, correspondentes a 4,4% dos direitos de voto.
- 4) A TDP - SGPS, S.A. é imputada, nos termos do disposto no artigo 20º do CVM, a participação qualificada de 16.461.010 acções, correspondente a 3,9% do capital e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 8.448.710 acções detidas directamente, correspondentes a 2,0% dos direitos de voto;
 - b) 8.012.300 acções detidas pelos membros do respectivo Conselho de Administração, correspondentes a 1,9% dos direitos de voto.
- 5) A Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte é imputada a participação qualificada de 28.849.440 acções, correspondente a 6,9% do capital e dos direitos de voto.
- 6) A Eng.º Manuel Pereira Coutinho Teixeira Duarte é imputada a participação qualificada de 11.126.964 acções, correspondente a 2,6% do capital e dos direitos de voto.
- 7) A Seguros e Pensões Gere, SGPS, S.A. é imputada, nos termos do disposto no artigo 20º do CVM, a participação qualificada de 16.546.680 acções, correspondente a 3,9% do capital e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 4.756.260 acções detidas pela sociedade integralmente por si detida Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., correspondentes a 1,1% dos direitos de voto;
 - b) 378.648 acções detidas pela sociedade integralmente por si detida Auto Gere - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., correspondentes a 0,1% dos direitos de voto;
 - c) 165.780 acções detidas pela sociedade integralmente por si detida Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., correspondentes a 0,04% dos direitos de voto;
 - d) 11.245.992 acções detidas pela sociedade integralmente por si detida Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., correspondentes a 2,7% dos direitos de voto.
- 8) A WEB-LAB SGPS, S.A. é imputada a participação qualificada de 12.039.564 acções, correspondente a 2,9% do capital e dos direitos de voto.
- 9) A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.. é imputada a participação qualificada de 11.245.992 acções, correspondente a 2,7% do capital e dos direitos de voto.

Demonstrações Financeiras



Balanços em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO	Notas	Exercícios		
		2002		2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
IMOBILIZADO:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	10	216	(216)	72
Trespasses	10	310.054	(31.974)	278.080
		310.270	(32.190)	278.080
				293.989
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	10	-	-	3
Edifícios e outras construções	10	4.596	(3.121)	1.475
Equipamento básico	10	52.594	(44.645)	7.949
Equipamento de transporte	10	6.961	(6.057)	904
Ferramentas e utensílios	10	22.158	(19.244)	2.914
Equipamento administrativo	10	12.580	(11.008)	1.572
Outras imobilizações corpóreas	10	164	(164)	-
Imobilizações em curso	10	-	-	7
		99.053	(84.239)	14.814
				17.121
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	109.732	-	109.732
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	10.567	-	10.567
Empréstimos a empresas associadas	10 e 16	791	-	791
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	156.045	-	156.045
Outros empréstimos	10 e 16	2.724	-	2.724
		279.859	-	279.859
				359.728
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes, conta corrente		-	-	1.796
Empresas do grupo	16	188.543	-	188.543
Empresas participadas e participantes		14.997	-	14.997
Outros devedores		858	-	858
		204.398	-	204.398
				144.710
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	34 e 41	1.974	(6)	1.968
Produtos e trabalhos em curso	42	22.499	-	22.499
Produtos acabados e intermédios	42	259	-	259
		24.732	(6)	24.726
				14.232
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, conta corrente		178.432	-	178.432
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	44.132	(42.970)	1.162
Empresas do grupo	16	25.000	-	25.000
Empresas participadas e participantes		-	-	174
Adiantamentos a fornecedores		2.003	-	2.003
Estado e outros entes públicos	49	3.797	-	3.797
Outros devedores	23 e 34	4.833	(2.322)	2.511
		258.197	(45.292)	212.905
				222.458
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	51	4.440	-	4.440
Caixa	51	537	-	537
		4.977	-	4.977
				11.117
Acréscimos e Diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	50	2.882	-	2.882
Custos diferidos	50	430	-	430
		3.312	-	3.312
				2.763
Total de amortizações			(116.429)	
Total de provisões			(45.298)	
Total do activo		1.184.798	(161.727)	1.023.071
				1.066.118
				(mEur.)

Notas	Exercícios	
	2002	2001
	<hr/>	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital	36 e 40	210.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	28.619
Reservas de reavaliação	40	7
Reserva legal	40	5.999
Outras reservas	40	33.498
Resultados transitados	40	(43.878)
Resultado líquido do exercício	40	21.022
Total do capital próprio		255.267
		277.201
PASSIVO:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.236
		604
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	48	535.567
Adiantamentos de clientes		35.728
Empresas do grupo	16	156
		571.451
		559.746
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	48	500
Fornecedores, conta corrente		78.190
Empresas do grupo	16	10
Adiantamentos de clientes		10.496
Outros empréstimos obtidos	48	7.042
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		373
Estado e outros entes públicos	49	9.092
Outros credores		4.720
		110.423
		135.671
Acréscimos e Diferimentos:		
Acréscimos de custos	50	12.997
Proveitos diferidos	50	71.347
Passivos por impostos diferidos	6	350
		84.694
		92.896
Total do passivo		767.804
Total do capital próprio e do passivo		1.023.071
		1.066.118
		(mEUR.)

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2002.

Demonstrações dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Notas	Exercícios	
		2002	2001
CUSTOS E PERDAS			
Custo das matérias consumidas	41	53.077	74.122
Fornecimentos e serviços externos		255.783	239.479
Custos com o pessoal:			
Remunerações		47.505	45.803
Encargos sociais		15.559	14.950
		63.064	60.753
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	6.950	7.352
Provisões	34	2.758	1.871
		9.708	9.223
Impostos		2.269	3.876
Outros custos e perdas operacionais		947	1.332
(A)		384.848	388.785
Custos e perdas financeiros	45	58.522	36.406
(C)		443.370	425.191
Custos e perdas extraordinários	46	1.777	1.279
(E)		445.147	426.470
Imposto sobre o rendimento do exercício	6 e 49	6.149	9.465
(G)		451.296	435.935
Resultado líquido do exercício		21.022	20.518
		472.318	456.453
(mEUR.)			
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas	44	355.351	371.999
Prestações de serviços	44	47.628	40.697
		402.979	412.696
Variação da produção	42	10.570	4.574
Trabalhos para a própria empresa		37	61
Proveitos suplementares		5.967	3.825
(B)		419.553	421.156
Proveitos e ganhos financeiros	45	46.174	33.933
(D)		465.727	455.089
Proveitos e ganhos extraordinários	46	6.591	1.364
(F)		472.318	456.453
(mEUR.)			
Resultados operacionais: (B) - (A) =		34.705	32.371
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		(12.348)	(2.473)
Resultados correntes: (D) - (C) =		22.357	29.898
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		27.171	29.983
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		21.022	20.518
(mEUR.)			

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Demonstrações dos Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Notas	Exercícios	
		2002	2001
Vendas e prestações de serviços	44	402.979	412.696
Custo das vendas e prestações de serviços		(346.586)	(355.350)
Resultados brutos		56.393	57.346
Outros proveitos e ganhos operacionais		10.288	7.286
Custos de distribuição		(3.656)	(2.353)
Custos administrativos		(21.279)	(21.649)
Outros custos e perdas operacionais		(4.177)	(3.586)
Resultados operacionais		37.569	37.044
Custo líquido de financiamento		(19.873)	(14.610)
Ganhos em filiais e associadas, líquidos	45	2.652	5.209
Ganhos em outros investimentos, líquidos		6.823	2.340
Resultados correntes		27.171	29.983
Imposto sobre os resultados correntes	6 e 49	(6.149)	(9.465)
Resultados líquidos		21.022	20.518
			(mEur.)
Resultados por acção (Euros)		0,050	0,049

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Notas	Exercícios	
		2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		477.989	466.278
Pagamentos a fornecedores		(328.488)	(317.164)
Pagamentos ao pessoal		(67.859)	(65.387)
Fluxos gerados pelas operações		81.642	83.727
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(11.641)	(7.493)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(15.366)	(26.493)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		54.635	49.741
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		1.842	399
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(1.138)	(725)
Fluxos das actividades operacionais (1)		55.339	49.415
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	51	59.377	-
Imobilizações corpóreas		500	352
Juros e proveitos similares		2.679	479
Dividendos	51	15.682	1.168
		78.238	1.999
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(3.738)	(114.237)
Imobilizações corpóreas		(4.464)	(9.228)
Imobilizações incorpóreas		-	(306.824)
		(8.202)	(430.289)
Fluxos das actividades de investimento (2)		70.036	(428.290)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		209.589	553.781
Associadas		5.297	2.884
		214.886	556.665
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(225.249)	(60.155)
Juros e custos similares		(27.736)	(8.531)
Associadas		(89.218)	(103.505)
Dividendos	40	(4.198)	(4.189)
		(346.401)	(176.380)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(131.515)	380.285
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(6.140)	1.410
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		11.117	9.707
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		4.977	11.117

(mEUR.)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("Teixeira Duarte" ou "Empresa") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 4 de Janeiro de 1934 e tem como actividade principal a Construção Civil e Obras Públicas.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na nota 3 d), infra.

A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas demonstrações financeiras das empresas em que participa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de Euros.

3 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (incluindo interesses minoritários) em, aproximadamente, 725.000 milhares de Euros e os proveitos em, aproximadamente, 428.000 milhares de Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as despesas relacionadas com os aumentos de capital e com o processo de admissão das respectivas ações à cotação na Bolsa de Valores, bem como os trespasses correspondentes às diferenças apuradas na compra das participações financeiras. As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos, à excepção dos trespasses que são amortizados num período de dez ou vinte anos, correspondentes aos períodos expectáveis de recuperação dos investimentos nas empresas participadas.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas, sobre o custo histórico ou reavaliado, a partir do ano de entrada em funcionamento ou início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes. As taxas de amortização praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 7
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	1

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002**d) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos nessas empresas e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios, à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método, foram registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital", incluída nos capitais próprios, com excepção das diferenças apuradas na aquisição das empresas mencionadas na Nota 10, as quais foram registadas na rubrica "Trespasses".

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros do exercício, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros em outras empresas participadas, outras aplicações financeiras e os empréstimos concedidos a empresas participadas encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em outras empresas participadas e em títulos e aplicações financeiras (dividendos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

A Empresa regista uma provisão para depreciação de existências nos casos em que o valor de mercado das matérias-primas é inferior ao seu custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos a obras em curso

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso, foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os custos e proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em função do critério da percentagem de acabamento das obras, o qual é determinado pela comparação e aplicação do menor dos rácios obtido entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados e os proveitos incorridos até à data e os proveitos totais estimados.

A Empresa difere proveitos de obras de acordo com a legislação aplicável, que se destinam a cobrir eventuais custos a incorrer no período de garantia das obras, bem como eventuais perdas estimadas em obras em curso.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores (Notas 23 e 34).

h) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos destina-se a cobrir responsabilidades decorrentes da actividade da Empresa e perdas em empresas participadas com capitais próprios negativos (Nota 34).

i) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

j) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Acréscimos e diferimentos" (Nota 50).

l) Resultados em Agrupamentos Complementares de Empresas

A Empresa não integrou nas suas demonstrações financeiras a proporção dos activos, passivos, proveitos e custos relativos aos Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE") em que participa, reconhecendo contudo, através do método da equivalência patrimonial, a sua proporção nos capitais próprios e resultados desses ACE.

m) Saldos e transacções expressas em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2002. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

n) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

4 - COTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de dezembro de 2002 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, para converter para Euros os principais activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Dólar Americano (USD)	1,0487
Bolívar Venezuelano (VEB)	1.457,4310
Pataca Macaense (MOP)	8,4234
Kwanza Angolano (AON)	60,5944
Metical Moçambicano (MZM)	24.164,6000

6 - IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões e inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	27.171	
Diferenças permanentes	(9.952)	
	<u>17.219</u>	
Encargo normal de imposto		5.625
Deduções à colecta		(9)
Tributações autónomas		535
Encargo do período		6.151
Imposto corrente		6.149
Imposto diferido		2
		6.151

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos de equivalência patrimonial e a amortização dos trespasses.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação dos normativos dos impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto são como se segue:

	Saldo inicial	Efeito de exercícios anteriores (Nota 40)	Efeito do exercício	Saldo final
Passivos por impostos diferidos:				
Reavaluações de imobilizações corpóreas	-	3	(2)	1
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	-	349	-	349
	<u>-</u>	<u>352</u>	<u>(2)</u>	<u>350</u>

O impacto do registo de impostos diferidos no balanço em 31 de Dezembro de 2002, consiste no registo de um imposto diferido passivo de 351 milhares de Euros, dos quais 353 milhares de Euros registados em resultados transitados e 2 milhares de Euros em resultados do exercício.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002
7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 2.050 pessoas.

9 - AMORTIZAÇÃO DE "TRESPASSES" PARA ALÉM DE CINCO ANOS

O trespasso apurado na aquisição de uma participação financeira na Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. está a ser amortizado, conforme previsto na Directriz Contabilística nº 1/91, durante um período de 20 anos tendo em conta a expectativa de retorno do referido investimento (nota 10).

10 - MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Equivalência patrimonial	Transferências/ Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	216	-	-	-	-	216
Trespasse	310.271	-	(176)	-	(41)	310.054
	310.487	-	(176)	-	(41)	310.270
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	3	-	(3)	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.419	259	(49)	-	(33)	4.596
Equipamento básico	52.087	2.250	(1.437)	-	(306)	52.594
Equipamento de transporte	7.627	335	(793)	-	(208)	6.961
Ferramentas e utensílios	21.555	680	-	-	(77)	22.158
Equipamento administrativo	11.918	1.253	(315)	-	(276)	12.580
Outras imobilizações corpóreas	164	-	-	-	-	164
Imobilizações em curso	7	-	-	-	(7)	-
	97.780	4.777	(2.597)	-	(907)	99.053
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	129.794	1	(716)	(19.179)	(168)	109.732
Partes de capital em empresas associadas	6.324	4.240	-	3	-	10.567
Empréstimos a empresas associadas	596	195	-	-	-	791
Títulos e outras aplicações financeiras	220.067	630	(55.085)	(10.293)	726	156.045
Outros empréstimos	2.947	302	-	-	(525)	2.724
	359.728	5.368	(55.801)	(29.469)	33	279.859

Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	144	72	-	-	216
Trespasse (Nota 45)	16.354	15.663	(35)	(8)	31.974
	16.498	15.735	(35)	(8)	32.190
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	2.846	352	(49)	(28)	3.121
Equipamento básico	42.634	3.575	(1.258)	(306)	44.645
Equipamento de transporte	6.571	478	(788)	(204)	6.057
Ferramentas e utensílios	17.582	1.738	-	(76)	19.244
Equipamento administrativo	10.862	735	(313)	(276)	11.008
Outras imobilizações corpóreas	164	-	-	-	164
	80.659	6.878	(2.408)	(890)	84.239

Os aumentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, nas rubricas de "Investimentos financeiros" resultam dos seguintes aumentos e aquisições de partes de capital:

- Partes de capital em empresas do grupo:

Aumento de capital da Recolte - Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. 1

- Partes de capital em empresas associadas:

Aumento de capital da Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A. 4.240

- Títulos e outras aplicações financeiras:

Constituição da MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	455
Aumento de Capital da EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	175
	630

As diminuições verificadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, nas rubricas de "Partes de capital em empresas do grupo" e "Títulos e outras aplicações financeiras" correspondem, respectivamente, à alienação de parte da participação na Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A. e da alienação da participação detida no BCP - Banco Comercial Português, S.A..

As transferências verificadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, resultam dos seguintes movimentos:

- Partes de capital em empresas do grupo:

Transferência do trespasso da Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	33
Transferência da participação na Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A. para Títulos e outras aplicações financeiras	(201)
	(168)

- Partes de capital em empresas associadas:

Incorporação de prestações acessórias no capital da Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	525
Transferência da participação na Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A. de empresas do grupo	201
	726

- Outros empréstimos:

Utilização de prestações acessórias da Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	(525)
--	-------

O aumento verificado durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, na rubrica "Amortizações acumuladas" - "Imobilizações incorpóreas - Trespasses" encontra-se registado na demonstração dos resultados na rubrica de "Custos e perdas financeiros".

Os ajustamentos registados nas rubricas de investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, em consequência da aplicação do método da equivalência patrimonial, resultam das seguintes situações:

	Ganhos /perdas	Dividendos recebidos	Ajustamentos partes capital	Provisões	Total
Partes de capital em empresas do grupo:					
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	(7.826)	-	(13.241)	-	(21.067)
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	1.027	-	114	-	1.141
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	58	-	(37)	-	21
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	242	(38)	-	-	204
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	123	-	(143)	-	(20)
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	917	-	(68)	-	849
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	229	(162)	(35)	-	32
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	(89)	-	(210)	-	(299)
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	763	-	(652)	-	111
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	(31)	-	(193)	-	(224)
TDCIM - Concessão da Constr. Instal., Explor., Movimen. Armaz. Cimentos, S.A.	(3)	-	76	-	73
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	(42)	-	(616)	658	-
	(4.632)	(200)	(15.005)	658	(19.179)
Partes de capital em empresas associadas:					
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	(5)	-	-	-	(5)
Satu Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	8	-	-	-	8
	3	-	-	-	3
Partes de capital em outras empresas:					
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	18.189	(9.454)	(19.897)	-	(11.162)
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	5	-	-	-	5
Tedal - SGPS, S.A.	-	-	(2)	-	(2)
Acestradas - Construção de Estradas, ACE	3.869	(3.885)	-	-	(16)
Três Ponto Dois, ACE	882	-	-	-	882
	22.945	(13.339)	(19.899)	-	(10.293)

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002
12 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei Nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei Nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei Nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei Nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei Nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei Nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, é em 31 de Dezembro de 2002 o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores reavaliados
Edifícios e outras construções	155	6	161
Equipamento básico	22	1	23
Equipamento administrativo	14	1	15
	191	8	199

14 - IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

Em 31 de Dezembro de 2002 a Empresa possui o seguinte imobilizado corpóreo localizado no estrangeiro (valores líquidos):

Equipamento básico	2
Equipamento administrativo	7
	9

16 - EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, bem como a principal informação financeira respeitante às mesmas era como segue:

Firma/Sede	Capital próprio	Resultados líquidos	Percentagem participação	Valor da participação
Partes de capital em empresas do grupo:				
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. Lagoas Park, Edifício 2 - Porto Salvo	74.694	(7.827)	100,00%	74.694
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. Lagoas Park, Edifício 2 - Porto Salvo	10.277	1.027	99,95%	10.272
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda. Av. Praia Grande, 693 - Edifício Tai Wha, 8º A - B - Macau	270	72	80,00%	216
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda. Lagoas Park, Edifício 1 - Porto Salvo	5.918	485	50,00%	2.959
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA Av. Este, 6 - Ed. Centro Parque Carabobo, Piso 6, Of. 601 - Caracas - Venezuela	1.631	721	17,04%	278
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. Lagoas Park, Edifício 1 - Porto Salvo	22.596	1.529	60,00%	13.558
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. Lagoas Park, Edifício 2 - Porto Salvo	2.327	573	40,00%	931
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda. Av. 24 de Julho, 141 - Maputo - Moçambique	2.681	(207)	43,00%	1.153
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda. Rua Amílcar Cabral, 27 C - Luanda - Angola	5.623	954	80,00%	4.498
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda. Av. 24 de Julho, 141 - Maputo - Moçambique	1.258	(38)	80,00%	1.006
TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimentos, S.A. Rua Marquês de Pombal, 167 - Sines	256	(4)	65,00%	167
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. Rua Castilho, 59 - 7º Esq. - Lisboa	(1.823)	(87)	50,00%	-
				109.732
Partes de capital em empresas associadas:				
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A. Rua da Senhora do Porto, 930 - Porto	49.195	-	20,00%	9.839
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A. Parque de Estacionamento da Praça do Município - Lisboa	1.165	(25)	20,00%	233
SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M. Edifício Paço de Arcos E.N. 249/3 Paço de Arcos - Oeiras	1.011	17	49,00%	495
				10.567

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras" tinha a seguinte composição:

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	46.563
Outras participações financeiras:	
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	98.480
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	1.875
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	700
Cimilonga - Imobiliária, S.A.	670
Imocipar - Imobiliária, S.A.	670
MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	455
Longavia - Imobiliária, S.A.	335
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	201
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	163
Besleasing - Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A.	99
Besleasing - Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A.	70
Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.	50
Engenharia Hidráulica de Macau, Lda.	40
Tedal - SGPS, S.A.	28
Indáqua Feira - Industria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.	25
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	5
	104.166

Agrupamentos Complementares de Empresas (a):

Acestradas - Construção de Estradas, ACE	3.869
Três Ponto Dois, ACE	882
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	553
Ferponte - Agrupamento para a Execução das Obras na Ponte sobre o Tejo em Lisboa, ACE	9
Teisomar - Obras Marítimas, ACE	3
	5.316
	156.045

(a) A participação da Empresa nos Agrupamentos Complementares de Empresas supra indicados resultou da apropriação, na proporção da sua participação, dos resultados acumulados dessas entidades reportados a 31 de Dezembro de 2002, tal como indicado na Nota 3 I).

Em 31 de Dezembro de 2002 os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas participadas, correspondiam a prestações acessórias concedidas às seguintes entidades:

RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	791
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	2.619
INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	105
	2.724

As prestações acessórias não vencem juros e conforme disposto na legislação comercial só poderão ser reembolsadas pelas empresas a quem foram concedidas quando, após o seu pagamento, os respectivos capitais próprios não forem inferiores à soma do capital com a reserva legal.

Saldos e transacções com empresas do grupo

Os saldos em 31 de Dezembro de 2002 com empresas do grupo e relacionadas eram como segue:

Empresas do grupo	Clientes, conta corrente	Dívidas de empresas do grupo	Outros devedores	Fornecedores, conta corrente	Adiantamentos de clientes	Dívidas a empresas do grupo	Outros credores
Somafel, S.A.	256	-	1	7.710	-	-	-
Epos, Lda.	1.181	-	-	4.466	-	-	-
Eurogtd, S.A.	-	-	-	446	-	-	151
Petrin, S.A.	108	-	-	422	-	-	-
Bellbetões, Lda.	745	-	-	1.661	-	-	-
GPCC, ACE	13	-	-	461	-	-	-
Molinorte, ACE	558	-	-	336	-	-	4
Avenida, Lda.	57	891	-	1	-	-	-
Metro Ligeiro, ACE	614	-	-	-	-	-	-
Maxi, Lda.	686	-	-	-	-	-	-
Vauco, Lda.	982	-	-	-	-	-	-
OFM, S.A.	1.009	-	-	6	-	-	-
TDA - Com. Indústria, Lda.	1.226	-	-	-	-	-	-
Engil/Mota/TD, ACE	1.789	-	-	504	-	-	-
Grupo C.Feira, ACE	1.869	-	-	598	-	-	-
Scutvias, S.A.	644	-	-	-	-	-	2.448
T.D.(Moçambique), Lda.	2.773	36	-	2	-	-	-
TDCIM, S.A.	1.919	2.596	-	-	-	-	-
Metropoço, ACE	3.269	-	-	6	-	-	-
Acestrada, ACE	3.364	-	-	-	3.657	-	-
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	3.517	-	-	2	-	-	-
CPE, S.A.	6.285	-	-	-	-	-	-
Alvalade, Lda.	6.961	-	-	-	-	-	-
T.D. (Sucursal Angola), S.A.	-	20.561	-	-	-	-	-
Angoimo, Lda.	35.197	-	858	-	-	-	-
T.D. - G.P.I.I., S.A.	14.776	189.223	-	-	-	-	-
Fundo Invest. Imob. TDF	4.491	-	-	-	-	-	-
Lusoponte, S.A.	112	-	-	-	-	-	-
Três Ponto Dois, ACE	316	-	-	3.930	-	-	-
Outros	2.342	236	6	425	-	166	3
	97.059	213.543	865	20.976	3.657	166	2.606

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, as transacções com empresas do grupo foram como segue:

Empresas do grupo	Compras imobilizado	Custo das mercadorias	Forn. serv. externos	Custos e perdas financeiros	Vendas	Prestação serviços	Proveitos suplementares	Prov. e ganhos financeiros
Epos, Lda.	-	-	4.668	-	2	213	1.058	17
Bellbetões, Lda.	-	3	8.550	-	265	433	913	-
Somafel, S.A.	76	7	14.556	-	(6)	316	888	-
OFM, S.A.	-	-	96	-	929	101	142	-
T.D. (Moçambique), Lda.	-	-	-	-	281	725	-	-
Acestrada, ACE	-	-	1	-	33.191	271	242	-
Grupo C.Feira, ACE	-	-	1.972	4	2.433	251	-	32
Metropoço, ACE	-	-	6.942	-	11.515	387	31	22
TDCIM, S.A.	-	-	-	-	1.717	-	-	82
Engil/Mota/TD, ACE	-	-	1.330	5	2.403	30	1	-
Três Ponto Dois, ACE	-	-	8.843	-	211	613	394	-
Metro Ligeiro, ACE	-	-	588	13	728	175	337	-
T.D. - G.P.I.I., S.A.	-	-	1.362	-	35.685	265	5	5.640
CPE, S.A.	-	-	-	-	407	-	-	490
Angoimo, Lda.	-	-	906	-	7.457	6.234	-	-
TDGI, S.A.	1	-	464	-	2	304	75	-
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	-	-	-	-	462	169	(23)	-
Alvalade, Lda.	-	-	-	-	1.814	250	-	-
VTD, S.A.	100	-	75	-	-	210	41	-
Petrin, S.A.	-	-	2.001	-	609	243	5	-
Vauco, Lda.	-	-	-	-	283	227	-	-
TDA - Com. Indústria, Lda.	-	-	-	-	207	443	-	-
Eurogtd, S.A.	909	190	1.749	-	-	-	(1)	-
Scutvias, S.A.	-	-	-	-	35	433	22	344
Metrotúnel, ACE	21	74	-	1	205	19	6	5
Alpinus, S.A.	-	-	3	-	2.310	92	1	-
V8, S.A.	-	-	-	-	2.778	37	5	-
Parcauto, S.A.	-	-	-	-	1.073	37	-	-
TDGI, Lda.	1	-	658	-	2	304	75	-
Fundo Invest. Imob. TDF	-	-	-	-	5.180	1	-	-
Outros	4	50	436	28	336	1.100	54	429
	1.112	324	55.200	51	112.514	13.883	4.271	7.061

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002

Os valores de contas a receber de empresas participadas sediadas em Angola, bem como o investimento financeiro nessas empresas, ascendem em 31 de Dezembro de 2002 a, aproximadamente, 135 milhares de Euros. Os valores a receber de terceiros sediados nesse país estão adequadamente cobertos por provisões constituídas.

23 - DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2002, existiam dívidas classificadas como de cobrança duvidosa nos montantes de 44.132 milhares de Euros em clientes de cobrança duvidosa e 2.322 milhares de Euros em outros devedores. Estas dívidas encontram-se provisionadas com base nas expectativas de perda pela não cobrança dessas contas a receber, tendo sido registadas provisões para essas dívidas de 42.970 milhares de Euros e 2.322 milhares de Euros, respectivamente (Nota 34).

31 - COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas no montante de 263 milhares de Euros.

32 - GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a clientes para efeito de concursos, adiantamentos já recebidos e como garantia de boa execução de obras no montante de 118.131 milhares de Euros.

Adicionalmente, a Empresa tem garantias prestadas a empresas do grupo, sob a forma de avales bancários, nos seguintes montantes:

Beneficiário	Divisa	Valor em divisa	Valor em milhares de Euros
Tedal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			132.181
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.			1.496
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.			5
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	USD	30.000.000	28.607
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			28.930
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.			22.737
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	USD	5.364.535	5.115
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	USD	5.330.000	5.082
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	VEB	3.620.671.365	2.484
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	USD	4.000.000	3.814
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.			3.921
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE			5.000
VTD - Veículos Automóveis, S.A.			3.517
PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			3.492
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	USD	3.000.000	2.861
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.;			
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.;			
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.;			
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.			2.494
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.;			
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.			74.820
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.			8.496
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF			1.247
Angóimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	USD	1.000.000	954
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	USD	1.000.000	954
Esta - Gestão de Hoteis, S.A.			998
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.			748
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.			499
Auto Dinis de Almeida e Freitas, S.A.			249
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	MZM	3.000.000.000	124
Recolte - Recolha, Tratamento, Eliminação de Resíduos, S.A.			547
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.			100
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.			4
			341.476

34 - MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	42.805	2.487	-	45.292
Provisões para riscos e encargos	604	1.130	(498)	1.236
Provisões para depreciação de existências	8	-	(2)	6

O aumento de provisões para riscos e encargos inclui os montantes de 816 milhares de Euros e 42 milhares de Euros correspondentes, respectivamente à cobertura de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e à participação em perdas do exercício de empresas participadas (Nota 45).

36 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 acções com o valor nominal de cinquenta cêntimos de Euro cada.

40 - VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	210.000	-	-	-	210.000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:					
Ajustamentos de transição	13.661	-	-	-	13.661
Lucros não atribuídos	42.371	-	-	7.282	49.653
Outras variações nos capitais próprios (Nota 10)	209	190	(34.714)	-	(34.695)
Reservas de reavaliação	1.322	-	(3)	(1.312)	7
Reserva legal	4.546	-	-	1.453	5.999
Reservas livres	22.133	-	-	11.365	33.498
Resultados transitados:					
Resultados transitados	4.812	-	(349)	1.312	5.775
Lucros não atribuídos	(42.371)	-	-	(7.282)	(49.653)
Resultado líquido do exercício	20.518	21.022	-	(20.518)	21.022
	277.201	21.212	(35.446)	(7.700)	255.267

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta: i) da diferença no valor de 7.282 milhares de Euros entre os resultados de 2001 das empresas do grupo e associadas, considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, registada por contrapartida de resultados transitados; e ii) de variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, que não são motivadas pelo resultado do exercício.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados de 2001

Em reunião de Assembleia Geral de Accionistas realizada em 3 de Maio de 2002 foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, tendo sido deliberada a seguinte aplicação de resultados:

	Exercício 2001
Dividendos	4.200
Distribuição aos trabalhadores	3.500
Reserva legal	1.453
Reservas livres	11.365
	<u>20.518</u>

41 - CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi determinado como segue:

Existências iniciais	1.829
Compras	52.990
Regularização de existências	232
Existências finais	(1.974)
	<u>53.077</u>

42 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, é como segue:

	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	259	22.499
Regularização de existências	223	-
Existências iniciais	(390)	(12.021)
Diminuição no exercício	<u>92</u>	<u>10.478</u>

43 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram respectivamente:

	Fixas	Variáveis	Totais
Conselho de Administração			
Membros executivos	407	96	503
Membros não executivos	181	29	210
Fiscal Único	38	-	38
	626	125	751

44 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, distribuem-se da seguinte forma:

	Mercados		Total
	Interno	Externo	
Construção civil e obras públicas	344.791	10.560	355.351
Prestações de serviços	5.355	42.273	47.628
	350.146	52.833	402.979

45 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Exercícios	2002	2001
	2002	2001			
Juros suportados	26.147	11.927	Juros obtidos	7.565	2.119
Perdas em emp. do grupo e associadas (Nota 10)	7.954	420	Ganhos em emp. do grupo e associadas (Nota 10)	26.312	21.422
Provisões para aplicações financeiras (Nota 10 e 34)	42	106	Rendimentos de participação de capital (b)	3.388	2.687
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6.043	4.697	Diferenças de câmbio favoráveis	7.171	6.733
Outros custos e perdas financeiros (a)	18.336	19.256	Descontos de pronto pagamento obtidos	1.363	780
	58.522	36.406	Outros proveitos e ganhos financeiros	375	192
Resultados financeiros	(12.348)	(2.473)		46.174	33.933
	46.174	33.933			

(a) Esta rubrica inclui o montante de 15.663 milhares de Euros referente a amortização dos trespasses (Nota 10).

(b) Os rendimentos de participação de capital incluem 3.280 milhares de Euros correspondentes a dividendos do BCP - Banco Comercial Português, S.A..

46 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Exercícios	2002	2001
	2002	2001			
Perdas em existências	5	15	Ganhos em existências	15	24
Perdas em imobilizações	68	376	Ganhos em imobilizações	3.801	273
Donativos	71	282	Reduções de amortizações e de provisões	500	11
Multas e penalidades	52	29	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.275	1.056
Correcções relativas a exercícios anteriores	935	273			
Insuficiência da estimativa para impostos	494	-			
Outros custos e perdas extraordinários	152	304			
	1.777	1.279			
Resultados extraordinários	4.814	85		6.591	1.364
	6.591	1.364			

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002
48 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Dívidas a instituições de crédito" tem a seguinte composição:

Empréstimos a médio e longo prazo	535.567
Contas correntes caucionadas	500

Em 24 de Agosto de 2001, a Empresa contratou junto do Banco Comercial Português e da Caixa Geral de Depósitos dois empréstimos, de valor idêntico, no montante total de 410.567 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 24 de Agosto de 2005, vencendo juros à taxa Euribor a noventa dias acrescidos de 1%.

Adicionalmente, em 28 de Dezembro de 2001 foi contratado novo empréstimo junto do Banco Comercial Português no montante de 125.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de Dezembro de 2005, vencendo igualmente juros à taxa Euribor a 90 dias acrescida de 1%.

As restantes dívidas a instituições de crédito com vencimento a curto prazo vencem juros a taxas normais de mercado.

A rubrica "Outros empréstimos obtidos" apresenta o valor de 7.042 milhares de Euros relativo ao financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Habitação para a construção de 198 fogos em regime de custos controlados.

A Empresa tem contratado com um sindicato bancário a colocação e tomada em firme de emissões particulares de papel comercial até ao limite de 24.940 milhares de Euros. Esta colocação não estava a ser utilizada em 31 de Dezembro de 2002 e o mencionado contrato é válido até 6 de Janeiro de 2006.

49 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC:	
Estimativa de imposto	(6.151)
Pagamentos por conta	7.679
Retenção na fonte	1.763
	3.291
Imposto sobre o Valor Acrescentado	506
	3.797

Saldos credores:

Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.574
Imposto sobre o Rendimento - retenção na fonte	577
Contribuição para a Segurança Social	941
	9.092

50 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Trabalhos realizados e não facturados	2.330
Outros	552
	<u>2.882</u>

Custos diferidos:

Seguros pagos antecipadamente	226
Rendas	191
Grandes reparações	12
Diferimento de existências	1
	<u>430</u>

Acréscimos de custos:

Encargos com férias e subsídio de férias	5.394
Encargos financeiros vencidos e não pagos	4.290
Seguros a liquidar	36
Outros	3.277
	<u>12.997</u>

Proveitos diferidos:

Proveitos diferidos em obras (Nota 3 f)	57.006
Trabalhos facturados e não executados	11.514
Diferenças de câmbio favoráveis	2.138
Juros de letras a receber diferidos	689
	<u>71.347</u>

Os proveitos diferidos em obras correspondem a valores não reconhecidos como resultados e que se destinam a fazer face a custos a incorrer no período de garantia das obras, tal como indicado na Nota 3 f).

Os trabalhos facturados e não executados resultam da aplicação do método da percentagem de acabamento, tal como indicado na Nota 3 f).

51 - DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 é como segue:

	2002	2001
Numerário	537	462
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.440	10.655
	<u>4.977</u>	<u>11.117</u>

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2002

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, resultaram da alienação das seguintes participações:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	57.895
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	1.482
	59.377

Os dividendos recebidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, líquidos de retenções, foram como segue:

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	8.745
Acestrada - Construção de Estradas, ACE	3.885
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	2.891
Outros	161
	15.682

52 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica "Custo das vendas e das prestações de serviços" da demonstração de resultados por funções ("DRF") inclui várias rubricas da demonstração de resultados por naturezas ("DRN"), nomeadamente fornecimentos e serviços externos, remunerações e amortizações.
- A rubrica "Custo líquido de financiamento" inclui, essencialmente, o valor líquido dos juros obtidos e suportados, os descontos financeiros obtidos e concedidos e o imposto de selo suportado com os empréstimos obtidos.
- A rubrica "Ganhos (perdas) em filiais e associadas" inclui os ganhos/perdas em empresas do grupo, a provisão para aplicações financeiras e a amortização dos trespasses.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

1. Relatório

Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa e respectivos anexos, apresentados pela Administração da TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora procedemos às verificações que julgámos necessárias, dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo recebido dos Serviços toda a colaboração solicitada.

As contas foram examinadas por nós na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Revisão.

2. Parecer

Considerando que o Relatório do Conselho de Administração descreve com clareza a evolução dos negócios sociais e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e Demonstração dos fluxos de caixa apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2002;
- b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Linda-a-Pastora, 21 de Abril de 2003

O Fiscal Único

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC.

Representada por:

ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC.



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
(contas individuais)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, da TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 1.023.071 milhares de euros e um total de capital próprio de 255.267 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 21.022 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração:
- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Enfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

8.1 A Empresa adoptou pela primeira vez no exercício o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 28, contabilizando os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, cujos efeitos se traduziram no aumento do passivo em cerca de 351 milhares de euros, dos quais, cerca de 350 milhares de euros foram contabilizados em resultados transitados, conforme referido na Nota 6 do Anexo.

Linda-a-Pastora, 21 de Abril de 2003

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC.

Representada por:

ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC.



Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Introdução

1. Nos termos do art.º 451º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a fiscalização efectuada relativamente ao exercício de 2002.

Âmbito

2. Foram efectuados a revisão legal da empresa TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. e o exame às contas relativas ao exercício de 2002, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Em consequência, emitimos a Certificação Legal das Contas com data de 21 de Abril de 2003, cujo conteúdo se dá como integralmente reproduzido.

Trabalhos Efectuados

3. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

3.1 Acompanhámos regularmente a gestão da empresa, através da participação em reuniões com a Administração e com outros responsáveis dos serviços da empresa e da leitura de actas e outros documentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.

3.2 Efectuámos as verificações e exames aos livros e registos que nos permitiram concluir que as políticas e critérios contabilísticos adoptados se encontram em conformidade com as disposições em vigor, as quais se encontram divulgadas no Anexo.

3.3 Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade e com os registos que lhe servem de suporte.

3.4 Analisámos o sistema de controlo interno, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.

3.5 Analisámos a informação financeira, tendo efectuado, entre outros, os seguintes testes substantivos:

a) Contagem dos valores em caixa.

b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa.

c) Confirmação directa e por escrito, junto de Bancos, Clientes, Fornecedores, Advogados e outros dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas e obtidas, litígios e ações judiciais pendentes, etc.. Análise e teste das reconciliações subsequentes elaboradas pela empresa e aplicação de procedimentos alternativos julgados necessários nos casos em que não foi obtida resposta.

d) Análise e teste à valorimetria e contabilização das Existências.

e) Análise e teste à valorimetria e contabilização do Imobilizado.

f) Análise e testes dos vários elementos dos custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

g) Análise e avaliação das provisões constituidas e de outras situações ou factos suscetíveis de ocasionarem provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou outros riscos.

h) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos sobre os lucros.

i) Análise das operações e saldos com as empresas associadas.

j) Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros.

k) Verificação da titularidade de títulos negociáveis em carteira, e das respectivas cotações de fecho de exercício e apreciação da variação de tais cotações até à data.

l) Análise dos acontecimentos subsequentes à data da referência do exercício.

3.6 Solicitámos e obtivemos a Declaração do Órgão de Gestão prevista na Directriz de Revisão/Auditoria n.º 580 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusões e Comentários Adicionais

4. Em consequência do trabalho efectuado e para além dos aspectos referidos na Certificação Legal das Contas, datada de 11 de Abril de 2002, entendemos dever relatar o seguinte:

4.1 Ao longo do acompanhamento da gestão da empresa não tivemos conhecimento de outros factos ou situações relevantes que mereçam divulgação, para além do referido no relatório de gestão.

4.2 Nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 52.º do Decreto-lei 487/99, de 16 de Novembro, confirmamos a conformidade do relatório de gestão com as contas do exercício e com as disposições legais em vigor.

Linda-a-Pastora, 21 de Abril de 2003

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC.

Representada por:

ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC.

Deloitte & Touche

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração da
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, para os fins descritos no parágrafo 4 infra, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais à excepção do referido no parágrafo 5 infra, foram aplicados de forma consistente com os do exercício anterior.
4. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e registo comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual são considerados no resultado líquido e no capital próprio os efeitos da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos e passivos, proveitos e custos, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a elaborar e aprovar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos (excluindo os interesses minoritários) em, aproximadamente, 725.000 e 704.000 milhares de Euros, respectivamente, e em aumentar os proveitos e custos em, aproximadamente, 428.000 milhares de Euros.
5. Conforme referido na Nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa adoptou pela primeira vez no exercício findo naquela data, o disposto na Directriz Contabilística nº 28, passando a registar os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal. Em resultado da aplicação desta norma, foram registados passivos por impostos diferidos de, aproximadamente, 351 milhares de Euros dos quais, aproximadamente, 350 milhares de Euros foram registados em resultados transitados, por respeitarem a situações originadas em exercícios anteriores (Nota 40), tal como previsto na referida directriz.

Lisboa, 1 de Abril de 2003

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO	Notas	Exercícios			2001	
		2002		Activo líquido		
		Activo bruto	Amortizações e provisões			
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	27	4.005	(3.738)	267	776	
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	339	(236)	103	216	
Propriedade industrial e outros direitos	27	2.587	(1.030)	1.557	1.842	
Trespasses	27	2.714	-	2.714	3.230	
Diferenças de consolidação	10 e 27	544.341	(57.551)	486.790	513.790	
Imobilizações em curso	27	1.999	-	1.999	94	
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	268	-	268	6	
		556.253	(62.555)	493.698	519.954	
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	27	13.791	-	13.791	14.016	
Edifícios e outras construções	27	192.734	(26.196)	166.538	111.899	
Equipamento básico	27	139.824	(104.010)	35.814	36.138	
Equipamento de transporte	27	14.646	(12.270)	2.376	3.002	
Ferramentas e utensílios	27	23.778	(20.534)	3.244	4.247	
Equipamento administrativo	27	25.007	(16.773)	8.234	5.165	
Outras imobilizações corpóreas	27	7.963	(3.264)	4.698	6.751	
Imobilizações em curso	27	51.956	-	51.956	40.810	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	804	-	804	284	
		470.503	(183.047)	287.456	222.312	
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	27 e 50	1.961	-	1.961	494	
Partes de capital em empresas associadas	27 e 50	206.936	-	206.936	225.626	
Empréstimos a empresas associadas	27 e 50	791	-	791	596	
Títulos e outras aplicações financeiras	27, 46 e 50	271.856	(8.481)	263.375	236.054	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27 e 50	5.252	-	5.252	4.811	
		486.796	(8.481)	478.315	467.581	
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						
Clientes, conta corrente		-	-	-	1.795	
Clientes de cobrança duvidosa	46	7.245	(7.244)	1	135	
Empresas do grupo		3.085	-	3.085	3.573	
Empresas associadas		4.168	-	4.168	-	
Outras empresas participadas		6.770	-	6.770	1.875	
Outros acionistas		85	-	85	132	
Outros devedores		42	-	42	70	
		21.395	(7.244)	14.151	7.580	
CIRCULANTE:						
Existências:						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46	8.815	(37)	8.778	5.057	
Produtos e trabalhos em curso		39.807	-	39.807	79.591	
Produtos acabados e intermédios		656	-	656	1.468	
Mercadorias	46	41.234	(1.358)	39.876	58.486	
		90.512	(1.395)	89.117	144.602	
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						
Clientes, conta corrente	46	222.701	(12.995)	209.706	251.642	
Clientes, títulos a receber	46	40.525	(28.083)	12.442	23.944	
Clientes de cobrança duvidosa	46	47.731	(46.246)	1.485	1.527	
Empresas do grupo		32	-	32	-	
Empresas associadas		154	-	154	2.900	
Outras empresas participadas		-	-	-	4.554	
Adiantamentos a fornecedores		22.510	-	22.510	16.532	
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		3.486	-	3.486	3.246	
Estado e outros entes públicos	57	13.605	-	13.605	7.432	
Outros devedores	46	43.068	(3.076)	39.992	42.096	
		393.812	(90.400)	303.412	353.873	
Títulos negociáveis:						
Outros títulos negociáveis	46	34	(32)	2	342	
Outras aplicações financeiras		-	-	-	149	
		34	(32)	2	491	
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários		37.389	-	37.389	48.301	
Caixa		2.547	-	2.547	3.090	
		39.936		39.936	51.391	
Acréscimos e Diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	58	7.827	-	7.827	8.233	
Custos diferidos	58	12.068	-	12.068	13.227	
Activos por impostos diferidos	38	22.461	-	22.461	-	
		42.356		42.356	21.460	
Total de amortizações			(245.602)			
Total de provisões	46		(107.552)			
Total do activo		2.101.597	(353.154)	1.748.443	1.789.244	
					(mEUR.)	

	Notas	Exercícios		
		2002	2001	
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	52 e 53	210.000	210.000	
Ajustamentos de partes de capital em associadas	53	(56.309)	(16.079)	
Diferenças de consolidação	10 e 53	242	289	
Reservas de reavaliação	53	7	1.322	
Reserva legal	53	5.999	4.546	
Outras reservas	53	33.498	22.133	
Ajustamentos de conversão cambial	53	(3.331)	3.793	
Resultados transitados	53	44.139	30.679	
Resultado líquido do exercício	53	21.022	20.518	
Total do capital próprio		255.267	277.201	
INTERESSES MINORITÁRIOS	54	21.808	21.090	
PASSIVO:				
Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para impostos	46	812	709	
Outras provisões para riscos e encargos	46	1.454	546	
		2.266	1.255	
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:				
Dívidas a instituições de crédito	55	900.711	880.434	
Empresas do grupo		812	-	
Fornecedores, conta corrente		118	229	
Outros accionistas		59	91	
Adiantamentos de clientes		38.276	21.241	
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	4.560	5.094	
Outros credores		49	1.748	
		944.585	908.837	
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Dívidas a instituições de crédito	55	198.536	222.006	
Adiantamentos por conta de vendas		3.594	19.917	
Fornecedores, conta corrente		123.436	141.385	
Fornecedores, facturas em recepção e conferência		131	404	
Fornecedores, títulos a pagar		858	858	
Empresas do grupo		61	-	
Empresas associadas		704	560	
Outras empresas participadas		-	584	
Outros accionistas		10	275	
Adiantamentos de clientes		18.081	14.688	
Outros empréstimos obtidos	55	7.042	-	
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		3.932	4.930	
Estado e outros entes públicos	57	10.606	17.241	
Outros credores		31.946	13.128	
		398.937	435.976	
Acréscimos e Diferimentos:				
Acréscimos de custos	58	21.409	25.053	
Proveitos diferidos	58	95.476	119.832	
Passivos por impostos diferidos	38	8.695	-	
		125.580	144.885	
Total do passivo		1.471.368	1.490.953	
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		1.748.443	1.789.244	
(mEur.)				

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2002.

Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Notas	Exercícios	
		2002	2001
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	59	209.928	164.975
Matérias	59	83.542	93.572
		293.470	258.547
Fornecimentos e serviços externos			
		278.778	272.401
Custos com o pessoal:			
Remunerações		87.980	84.089
Encargos sociais		24.274	22.448
		112.254	106.537
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	25.168	24.983
Provisões	46	18.748	14.453
		728.418	676.921
Impostos		10.138	12.948
Outros custos e perdas operacionais		3.274	3.549
(A)		741.830	693.418
Custos e perdas financeiros	44	126.225	113.943
(C)		868.055	807.361
Custos e perdas extraordinários	45	5.577	6.742
(E)		873.632	814.103
Imposto sobre o rendimento do exercício	38 e 56	3.355	12.089
(G)		876.987	826.192
Interesses minoritários	54	1.958	1.502
		878.945	827.694
Resultado líquido do exercício		21.022	20.518
		899.967	848.212
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas:			
Mercadorias		243.158	219.627
Produtos		297.176	311.937
		540.334	531.564
Prestações de serviços		181.444	156.507
	36	721.778	688.071
Variação da produção	60	9.563	36.206
Trabalhos para a própria empresa		47.591	342
Proveitos suplementares		11.608	11.229
Subsídios à exploração		-	13
Outros proveitos e ganhos operacionais		4.379	5.991
(B)	36	794.919	741.852
Proveitos e ganhos financeiros	44	87.300	97.061
(D)		882.219	838.913
Proveitos e ganhos extraordinários	45	17.748	9.299
(F)		899.967	848.212
Resultados operacionais: (B) - (A) =		53.089	48.434
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		(38.925)	(16.882)
Resultados correntes: (D) - (C) =		14.164	31.551
Resultados antes de impostos e interesses minoritários: (F) - (E) =		26.335	34.109
Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários: (F) - (G) =		22.980	22.020
Resultado líquido do exercício: =		21.022	20.518
			(mEUR)

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Notas	Exercícios	
		2002	2001
Vendas e prestações de serviços	36	721.778	688.071
Custo das vendas e prestações de serviços		(681.147)	(604.804)
Resultados brutos		40.631	83.267
Outros proveitos e ganhos operacionais		78.213	29.197
Custos de distribuição		(6.181)	(4.063)
Custos administrativos		(31.986)	(32.696)
Outros custos e perdas operacionais		(15.662)	(19.716)
Resultados operacionais	36	65.015	55.989
Custo líquido de financiamento		(53.040)	(35.980)
Ganhos / (Perdas) em filiais e associadas, líquidos		8.546	(573)
Ganhos em outros investimentos, líquidos		5.814	14.673
Resultados correntes		26.335	34.109
Imposto sobre os resultados correntes		(3.355)	(12.089)
Resultados correntes apóis impostos	36	22.980	22.020
Interesses minoritários	54	1.958	1.502
Resultado líquido		21.022	20.518
Resultado por acção (Euros)		0,050	0,049

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Notas	Exercícios	
		2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		832.685	683.042
Pagamento a fornecedores		(568.443)	(529.737)
Pagamento ao pessoal		(115.807)	(109.414)
Fluxo gerado pelas operações		148.435	43.891
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15.886)	(9.116)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(25.236)	20.165
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		107.313	54.940
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		6.462	2.592
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(2.918)	(4.643)
Fluxos das actividades operacionais (1)		110.857	52.889
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	61	99.438	2
Imobilizações corpóreas		13.559	6.860
Juros e proveitos similares		3.798	4.390
Títulos negociáveis		496	-
Dividendos	61	25.885	8.590
		143.176	19.842
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	61	(131.994)	(86.982)
Imobilizações corpóreas		(86.182)	(60.291)
Imobilizações incorpóreas		(3.338)	(533.798)
Títulos negociáveis		-	(527)
		(221.514)	(681.598)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(78.338)	(661.756)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		795.771	702.792
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(777.588)	(60.155)
Juros e custos similares		(54.628)	(34.099)
Dividendos		(4.198)	(4.190)
		(836.414)	(98.444)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(40.643)	604.348
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		(8.124)	(4.520)
Efeito das diferenças de câmbio		(3.331)	3.793
Caixa e seus equivalentes no início do período		51.391	52.118
Caixa e seus equivalentes no fim do período		39.936	51.391

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Anexo às Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

	Exercícios	
	2002	2001
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	2.547	3.090
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	37.389	48.301
Caixa e seus equivalentes	39.936	51.391
 Disponibilidades constantes do balanço	 39.936	 51.391

(mEur.)

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002
NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("TEIXEIRA DUARTE" ou "Empresa"), com sede em Porto Salvo, foi constituída em 4 de Janeiro de 1934 e tem como actividade principal a Construção Civil e Obras Públicas.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas nas Notas 1, 2 e 3. As principais actividades do Grupo são as seguintes: Construção Civil e Obras Públicas; Imobiliária; Hotelaria; Comércio Alimentar; Distribuição de Combustíveis; Comércio Automóvel e Participações Financeiras (Nota 36).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de Euros.

1 - EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global, suas respectivas sedes sociais e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2002 pelo Grupo, por mercados e actividades são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total

MERCADO INTERNO
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

Belbetões - Fundações e Betões Especiais, Lda.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda. (a)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%	-	50,00%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	60,00%	60,00%
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%	-	60,00%

IMOBILIÁRIA

Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	75,00%	75,00%
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	99,95%	0,02%	99,97%
S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,97%	99,97%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,97%	99,97%
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	0,50%	86,98%	87,48%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%	-	100,00%
Tratado - Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
HOTELARIA				
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Praça Bernardo Santareno, 5 C Lisboa	-	100,00%	100,00%
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Av. República, 1 Faro	-	100,00%	100,00%
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	89,96%	89,96%
DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS				
E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.	Rua Elias Garcia, 410 Amadora	-	98,58%	98,58%
Gasoorco - Comércio de Combustíveis, S.A.	Rua Capitão Eliseu de Azevedo - Arco de Baúlhe Cabeceiras de Basto	-	98,58%	98,58%
Mercamonta - Montagem e Assistência a Postos de Abastecimento, Lda.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	87,11%	87,11%
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	57,14%	57,14%
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	Rua Laura Alves, 19 - 1º Esq. Lisboa	-	84,76%	84,76%
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	98,58%	98,58%
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	98,27%	98,27%
PTG - SGPS, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	98,58%	98,58%
Rocha & Monteiro, Lda.	Largo Paiva Couceiro, Estação Serviço Oeiras	-	93,97%	93,97%
SPI - Sociedade de Petróleo Independente, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	94,44%	94,44%
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	98,58%	98,58%
Transportes Centrais de Matosinhos, Lda.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	86,76%	86,76%
COMÉRCIO AUTOMÓVEL				
Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.	Av. da Liberdade, 206 a 210 Lisboa	-	100,00%	100,00%
Auto Garagem, Lda.	Av. António Augusto de Aguiar, 197 - 201 Lisboa	-	100,00%	100,00%
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	0,46%	99,54%	100,00%
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS				
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça do Município - Lisboa	20,00%	40,00%	60,00%
Eurogtd - Sistemas de Informação, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	78,69%	78,69%
SATU Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%	-	49,00%
TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimento, S.A.	Rua Marquês de Pombal, 167 Sines	65,00%	1,00%	66,00%
TDO - SGPS, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	-	100,00%	100,00%
Tedal - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	0,01%	99,99%	100,00%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido			
		Directa	Indirecta	Total	
MERCADO EXTERNO					
GIBRALTAR					
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS					
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	-	100,00%	100,00%	
HOTELARIA					
Heather Properties Limited	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	-	100,00%	100,00%	
MACAU E VENEZUELA					
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS					
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA (a)	Av. Este, 6-Edif. Centro Parque Carabobo, Piso 6, Of. 601 - Caracas - Venezuela	17,04%	14,67%	31,71%	
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Praia Grande, 693 - Edifício Tai Wah, 8º A-B Macau	80,00%	20,00%	100,00%	
MOÇAMBIQUE					
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS					
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	43,00%	21,19%	64,19%	
HOTELARIA					
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	80,00%	20,00%	100,00%	
Sociedade Hotel Alfacinha, Lda. (Tivoli - Beira)	Av. de Bagamoio, 363 Beira	-	97,45%	97,45%	
IMOBILIÁRIA					
Imopar - Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	-	100,00%	100,00%	
TDGI - Tecnologia de gestão de Imóveis, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	-	51,35%	51,35%	
ANGOLA					
IMOBILIÁRIA					
Angopredial - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	-	85,50%	85,50%	
Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	-	90,00%	90,00%	
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 C Luanda	80,00%	20,00%	100,00%	
HOTELARIA					
Alvalade - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Rua Comandante Cheguevara, 67 - 1º D Luanda	-	100,00%	100,00%	
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	Rua da Missão, 103 Luanda	-	80,00%	80,00%	

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
COMÉRCIO ALIMENTAR				
Maxi - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	-	72,00%	72,00%
COMÉRCIO AUTOMÓVEL				
Comércio de Automóveis, Lda.	Rua Frederich Engels, 9 Luanda	-	92,50%	92,50%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 107 C Luanda	-	72,00%	72,00%
Vauco - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	-	47,18%	47,18%

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação, pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

(a) - Estas empresas, foram ainda incluídas pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea e) do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, as referidas empresas (Contrato de Gestão).

As empresas sediadas fora de Portugal não foram auditadas individualmente.

A empresa TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. foi consolidada pelo método de integração global em 31 de Dezembro de 2002, tendo a mesma sido consolidada em 31 de Dezembro de 2001 pelo método de equivalência patrimonial.

2 - EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas excluídas da consolidação, registadas nas rubricas partes de capital em empresas do Grupo e associadas (Nota 50), suas respectivas sedes sociais e a proporção do capital detido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Agrupamento para a Construção da Ponte do Sado, ACE	Bairro do Forno da Cal Alcácer do Sal	33,33%	-	33,33%
Cintel - Construtora do Interceptor de Esgotos de Lisboa, Lda.	Av. das Forças Armadas, 125 - 4º C Lisboa	25,00%	-	25,00%
Ferdouro - Construção de Pontes e Ferrovias, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	45,00%	-	45,00%
Ferponte - Agrupamento para a Execução de Obras na Ponte sobre o Tejo em Lisboa, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 4º A Lisboa	50,00%	-	50,00%
Imoafro - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C - Luanda Angola	-	81,00%	81,00%
Júpiter - Indústria Hoteleira, S.A.	Hotel Júpiter - Praia da Rocha Portimão	-	8,88%	8,88%
Lote Seis - Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 4º A Lisboa	50,00%	-	50,00%
Mannesmann - Sudrohrbau - Engil- - Soares da Costa - Teixeira Duarte - Mota-	Alto do Seixal - Asseiceira Rio Maior	12,25%	-	12,25%
- Agrupamento de Infraestruturas de Gás Natural, ACE				
Metrotúnel - Trabalhos de Construção em Túnel dos 52º e 53º Troços Parciais da Linha Amarela, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	28,00%	8,00%	36,00%
MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	Campo Grande, 382-4º C Lisboa	9,11%	-	9,11%
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	Rua Cintura do Porto de Lisboa Matinha - Lisboa	9,00%	-	9,00%
Parcauto - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,80%	99,80%
Promociones Inmobiliarias, 3003, CA	Av. Este, 6 - Edif. Centro Parque Carabobo, Of. 601 Caracas - Venezuela	-	19,00%	19,00%
Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,80%	99,80%
Socestró - Teixeira Duarte - Construtores de Parque de Estacionamento, ACE	Rua Dr. António Loureiro Borges, 74 - 6º - Miraflores Algés	50,00%	-	50,00%
Tecnoceano - Grupo de Empresas de Construção Civil, ACE	Doca dos Olivais Lisboa	25,00%	-	25,00%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Tedeven Inmobiliaria, CA	Av. Este, 6 - Edif. Centro Parque Carabobo, Of. 601 Caracas - Venezuela	-	29,17%	29,17%
Urbáfrica - Sociedade Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C - Luanda Angola	-	45,90%	45,90%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,90%	99,90%
Vijol - Comércio de Lubrificantes e Combustíveis, Lda.	Rua D. Jerónimo Osório, 11 - 1º Lisboa	-	98,58%	98,58%

Estas empresas não foram consolidadas dado serem imateriais, individualmente e no seu conjunto, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo (nº 1 do Artigo 4º do Dec.-Lei nº 238/91, de 2 de Julho).

3 - EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C - Luanda Angola	-	45,90%	45,90%
Álvaro Luis & Rui, Lda.	Rua Treze de Janeiro, 38 Cadaval	-	98,58%	98,58%
Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	Rua do Alecrim, 38 Lisboa	-	48,84%	48,84%
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Rua Alexandre Herculano, 35 Lisboa	10,05%	9,92%	19,97%
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	Rua das Lagoas, Campo Raso Sintra	-	40,00%	40,00%
Gimob - SGPS, S.A.	Av. das Forças Armadas, 125, 4º C Lisboa	-	32,00%	32,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 141 - Maputo Moçambique	-	29,78%	29,78%
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	Rua Castilho, 59 - 7º Esq. Lisboa	50,00%	-	50,00%
S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Estrada Nacional 109 - Orada Ovar	-	98,58%	98,58%
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	20,00%	-	20,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 - Maputo Moçambique	-	65,00%	65,00%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%	9,75%	49,75%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

A participação na Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., apesar de não atingir 20%, foi consolidada de acordo com este método pela relevância do investimento e tendo presente as obrigações resultantes para a accionista Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. do Concurso Público relativo à 4ª Fase de Reprivatização da Cimpor, SGPS, S.A.

4 - PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O Grupo possuía participações em partes de capital de um conjunto de empresas que foram excluídas do processo de consolidação, por serem materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do Grupo (Nota 50).

5 - EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL

As Empresas consolidadas pelo método proporcional, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2002, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Acestrada - Construção de Estradas, ACE	Praça de Alvalade, 6-7º Lisboa	20,00%	-	20,00%
Engil/Mota/Teixeira Duarte - Requalificações Urbanas, ACE	Av. Fabril do Norte, 1601 Matosinhos	33,33%	-	33,33%
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	25,00%	-	25,00%
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	Qta. Beirolas, Estaleiro Moscavide (Parque Expo) Lisboa	25,00%	-	25,00%
GCF - Grupo Construtor da Feira, ACE	Rua da Paz, 66 - 1º - Sala 19 Porto	25,00%	-	25,00%
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE	Estrada da Luz, 90-6º E Lisboa	26,80%	-	26,80%
Metropoço - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º D Lisboa	33,33%	-	33,33%
Molinorte - Linha do Norte - Construção Civil, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	23,50%	-	23,50%
Somafel/Ferroviás, ACE	Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 93 - 7º Lisboa	-	36,00%	36,00%
Teisomar - Obras Marítimas, ACE	Av. da República, 42 - 2º Lisboa	50,00%	-	50,00%
Três Ponto Dois - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%	-	50,00%

Estas entidades foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, já que se tratam de Agrupamentos Complementares de Empresas onde a gestão é exercida conjuntamente entre as empresas agrupadas.

6 - PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% OU MAIS EM EMPRESAS NÃO MENCIONADAS NAS NOTAS ANTERIORES

Firma e sede das empresas:

Empresa	Sede	% Participação
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	Pinhal do Concelho, Aldeia das Açoteias Albufeira	24,95%
Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	Av. Praia Grande, 693 - Edifício Tai Wah, 14º Macau	15,00%
Construlink - Tecnologias da Informação, S.A.	Travessa do Conde da Ponte, 24-1º Lisboa	17,96%
Engenharia Hidráulica de Macau, Lda.	Rua Pedro José Lobo, 1 e 3 - 27º - B Macau	10,00%
Etergest - SGPS, S.A.	Estrada da Graça Setúbal	11,67%
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	Av. da Boavista, 3521 - 2º Porto	14,00%
Seur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Lisboa	19,00%
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	19,99%
VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	Estrada do Outeiro, Lote C - Piso 1 - Abóboda Cascais	11,25%
Web-Lab - SGPS, S.A.	Rua do Noronha, 1-1º Lisboa	14,74%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002
7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o número médio de empregados ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi o seguinte:

	Método de consolidação	
	Integral	Proporcional
Quadros superiores	478	6
Enquadramento	893	8
Pessoal especializado	3.596	3
Outros	1.456	7
	6.423	24

10 - DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A rubrica de "Diferenças de consolidação" incluída em imobilizações incorpóreas compreende as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas do grupo e associadas adquiridas e apresenta a seguinte composição:

	Percentagem de participação	Custo de aquisição	Diferenças de consolidação	Amortizações acumuladas
Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.	100,00%	2.089	2.367	824
Auto Garagem, Lda.	100,00%	669	791	283
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	19,97%	737.518	531.373	53.137
Gasoarco - Comércio de Combustíveis, S.A.	98,58%	781	631	63
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	57,14%	895	811	324
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	84,76%	2.079	625	250
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	98,58%	1.225	423	170
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	98,27%	1.400	510	204
Rocha & Monteiro, Lda.	93,97%	110	28	11
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	98,58%	1.398	734	294
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	60,00%	9.477	3.230	1.292
Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	99,97%	809	988	296
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	99,97%	19.287	1.644	329
TEDAL - SGPS, S.A.	100,00%	299.965	9	3
Transportes Centrais de Matosinhos, Lda.	86,76%	54	21	8
Tratado - Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.	100,00%	17.000	156	63
		544.341		57.551

O movimento no saldo desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 (Nota 27) resultou, essencialmente, da diferença apurada nas aquisições das participações na Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A. e Gasoarco - Comércio de Combustíveis, S.A. e à alienação da participação na Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.

O saldo da rubrica de "Diferenças de consolidação" em capitais próprios inclui, essencialmente, os efeitos derivados de movimentos de capitais próprios de empresas participadas.

14 - COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas consolidadas pela primeira vez no exercício de 2002, pelo método de integração global e pelo método proporcional, e principal informação financeira a 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

Denominação social	Activo	Passivo	Capitais próprios
Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.995	-	4.995
E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.	1.717	1.917	(200)
Engil / Mota / Teixeira Duarte - Requalificações Urbanas, ACE	6.996	6.996	-
Gasolargo - Comércio de Combustíveis, S.A.	584	481	103
Metroligeiro - Construção de Infra-estruturas, ACE	4.603	4.603	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	210	193	17
Três Ponto Dois - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	8.092	6.238	1.764

As empresas excluídas da consolidação no exercício de 2002 e que foram consolidadas no exercício findo em 31 Dezembro de 2001, são as seguintes:

Denominação social	Sede
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A. b)	Pinhal do Concelho, Aldeia das Açoteias Albufeira
Metrotúnel - Trabalhos de Construção em Túnel dos 52º e 53º Troços Parciais da Linha Amarela, ACE a)	Av. das Forças Armadas, nº 125 - 2º C Lisboa
SEIUR - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A. b)	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo
Uranus - Exploração Hoteleira, Lda. c)	Av. da Marina - Edifício Olympus Vilamoura

- a) Esta empresa foi excluída do perímetro de consolidação, visto que é materialmente irrelevante para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do Grupo.
- b) As participações financeiras nestas empresas foram parcialmente alienadas durante 2002, após o que as participações do Grupo são minoritárias.
- c) A participação financeira foi alienada em 2002.

15 - CONSISTÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelas empresas englobadas na consolidação foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23.

17 - AMORTIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme indicado na Nota 10, o Grupo registou em imobilizado incorpóreo, o valor relativo às diferenças de aquisição de partes de capital ("Goodwill") em diversas empresas, as quais começaram a ser amortizadas no exercício de 1999 considerando um período de dez anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos realizados, exceptua-se a diferença de compra apurada na aquisição da participação na CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. a qual está a ser amortizada em 20 anos por ser esse o período estimado de recuperação do investimento.

18 - CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os critérios de contabilização utilizados para a valorização das participações financeiras em empresas associadas não consolidadas, são os expostos na Nota 23 d).

21 - COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo possuía responsabilidades por letras descontadas não vencidas no montante de 1.428 milhares de Euros.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

22 - GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, as seguintes empresas do Grupo tinham prestado garantias a terceiros, como se segue:

Entidade	Garantias bancárias	Garantias reais	Cauções
Acestrada - Construção de Estradas, ACE	11.648	-	-
Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	153	-	-
Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.	18	-	-
Belbetões - Fundações e Betões Especiais, Lda.	621	-	-
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	882	-	-
Comércio de Automóveis, Lda.	54	-	-
Engil / Mota / Teixeira Duarte - Requalificações Urbanas, ACE	88	-	-
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	7.388	-	-
Esta - Gestão de Hotéis, S.A.	4	-	-
Gasoco - Comércio de Combustíveis, S.A.	75	-	-
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	1.247	1.557	-
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	203	-	-
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	543	-	-
GCF - Grupo Construtor da Feira, ACE	1.529	-	-
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	3.884	-	-
Metroligeiro - Construção de Infra-estruturas, ACE	2.108	-	-
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	6	-	-
Metropoço - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	2.763	-	-
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	5.799	-	602
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	104	-	-
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	6.720	-	-
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	52	-	-
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	11.308	-	3.379
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	224	-
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	181	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	985	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	33	-	-
TDO - Investimentos e Gestão, Lda.	10.733	-	-
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	9.747	-	-
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	123	-	-
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	118.131	-	-
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	10.716	-	-
Teixeira Duarte International, Ltd.	690	-	-
Vauco - Automóveis e Equipamentos, Lda.	52	-	-
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	1.928	-	-
	210.516	1.781	3.981

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. e a OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A., têm um seguro de caução prestado como garantia de boa execução de obras.

A garantia real prestada pela Eva - Sociedade Hoteleira, S.A. corresponde a hipoteca sobre um imóvel para garantia de pagamento de empréstimos internos obtidos por esta empresa.

A garantia real prestada pela TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A. corresponde à reserva de compra de um terreno.

23 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações das empresas incluídas na consolidação (Notas 1, 3 e 5), a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminadas no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e nos resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração de resultados na rubrica "Interesses minoritários".

A consolidação das entidades referidas na Nota 5, efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método foram integradas nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, na proporção em que o Grupo nelas participa, tendo procedido à anulação de saldos e transações pela referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as despesas de instalação, as quais incluem as despesas com aumentos de capital e com o processo de admissão das ações à cotação na Bolsa de Valores, bem como as diferenças apuradas na compra das participações financeiras (Nota 10). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos, à excepção das diferenças de consolidação que são amortizadas durante um período de 10 anos ou 20 anos (Nota 17), correspondente ao período estimado de recuperação dos respectivos investimentos financeiros.

b) Imobilizações corpóreas

A generalidade das imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao valor de aquisição reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	3 a 7
Ferramentas e utensílios	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outras imobilizações corpóreas	1 a 4

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas entidades indicadas na Nota 3 encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. Estas diferenças encontram-se registadas na rubrica "Diferenças de consolidação" (Notas 10 e 17). De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas empresas por contrapartida de ganhos e perdas do exercício e por outras variações ocorridas nos capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital em associadas" (Capital próprio). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros em outras empresas participadas excluídas da consolidação e em títulos e outras aplicações financeiras encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal no caso dos empréstimos concedidos, estando eventuais diferenças para valores de mercado cobertos por provisões (Notas 4 e 50).

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em outras empresas participadas e em títulos e aplicações financeiras (dividendos e juros) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. É registada uma provisão para depreciação de existências nos casos em que o valor de mercado das mercadorias é inferior ao seu custo de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002
f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos às obras em curso

Para reconhecimento dos proveitos e dos custos das obras em curso, foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício os custos e os proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em função da percentagem de acabamento das obras, a qual é determinada pela comparação e aplicação do menor dos rácios obtido entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados e os proveitos incorridos até à data e os proveitos totais estimados. São diferidos proveitos para fazer face a custos estimados com obras durante o período de garantia, de acordo com a legislação aplicável, bem como eventuais perdas estimadas em obras em curso.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores (Nota 46).

h) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de valor de mercado.

i) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a grandes reparações de equipamentos próprios efectuados pelas empresas do Grupo e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

j) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 58).

k) Saldos, transacções e investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, à excepção dos relativos a entidades sediadas em Angola e Moçambique, foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2002. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

As diferenças cambiais favoráveis, quando não realizadas, são diferidas sempre que exista expectativa de reversibilidade das mesmas no futuro.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial". A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

l) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

24 - COTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para euros os principais activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Pataca Macaense (MOP)	8,4234
Bolívar Venezuelano (VEB)	1.457,431
Dólar Americano (USD)	1,0487
Kwanza Angolano (AON)	60,5944
Metical Moçambicano (MZM)	24.164,60

27 - MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos	Equivalência patrimonial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	4.622	(212)	-	50	(62)	(393)	4.005
Despesas de investigação e desenvolvimento	339	-	-	-	-	-	339
Propriedade industrial e outros direitos	2.830	(241)	-	83	(85)	-	2.587
Trespasses	3.286	(573)	-	-	-	1	2.714
Diferenças de consolidação	543.519	-	-	1.039	(217)	-	544.341
Imobilizações em curso	94	-	-	1.905	-	-	1.999
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	6	-	-	262	-	-	268
	554.696	(1.026)	-	3.339	(364)	(392)	556.253
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	14.016	(60)	-	-	(165)	-	13.791
Edifícios e outras construções	134.363	(9.752)	-	62.518	(10.599)	16.204	192.734
Equipamento básico	131.319	(2.831)	-	12.692	(2.027)	671	139.824
Equipamento de transporte	16.070	(1.498)	-	1.678	(1.392)	(212)	14.646
Ferramentas e utensílios	23.006	(33)	-	930	(10)	(115)	23.778
Equipamento administrativo	21.875	(972)	-	5.690	(917)	(669)	25.007
Outras imobilizações corpóreas	9.969	(1.304)	-	584	(946)	(340)	7.963
Imobilizações em curso	40.810	(17.570)	-	52.656	-	(23.940)	51.956
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	284	-	-	804	-	(284)	804
	391.712	(34.020)	-	137.552	(16.056)	(8.685)	470.503
Investimentos financeiros:							
Partes capital em empresas do grupo	494	(666)	217	66	(203)	2.053	1.961
Partes capital em empresas associadas	225.626	5	(22.161)	8.448	(4.724)	(258)	206.936
Empréstimos a empresas associadas	596	-	-	195	-	-	791
Títulos e outras aplicações financeiras	236.054	1.635	-	121.922	(88.013)	258	271.856
Adiantamentos por conta de invest. financeiros	4.811	-	-	2.494	-	(2.053)	5.252
	467.581	974	(21.944)	133.125	(92.940)	-	486.796

Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos	Reforço	Diminuições	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	3.846	(180)	520	(62)	(386)	3.738
Despesas de investigação e desenvolvimento	123	-	113	-	-	236
Propriedade industrial e outros direitos	988	(7)	53	(7)	3	1.030
Trespasses	56	-	-	-	(56)	-
Diferenças de consolidação	29.729	-	27.865	(43)	-	57.551
	34.742	(187)	28.551	(112)	(439)	62.555
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	22.464	(1.735)	5.669	(504)	302	26.196
Equipamento básico	95.181	(1.323)	12.144	(1.573)	(419)	104.010
Equipamento de transporte	13.068	(873)	1.433	(1.161)	(197)	12.270
Ferramentas e utensílios	18.759	(16)	1.918	(10)	(117)	20.534
Equipamento administrativo	16.710	(493)	2.122	(824)	(742)	16.773
Outras imobilizações corpóreas	3.218	(456)	1.196	(681)	(13)	3.264
	169.400	(4.896)	24.482	(4.753)	(1.186)	183.047

Os montantes incluídos na coluna de "Ajustamentos" correspondem essencialmente a: (i) saldos em 31 de Dezembro de 2001 das empresas consolidadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e aos saldos naquela data das empresas excluídas da consolidação neste exercício e que tinham sido consolidadas no exercício anterior (Nota 14); e (ii) efeito cambial da conversão dos saldos das empresas englobadas na consolidação cujas demonstrações financeiras são originalmente expressas em moeda estrangeira.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

Os ajustamentos nas rubricas de "Investimentos financeiros" são como segue:

Partes de capital em empresas do grupo:

Gasparco - Comércio de Combustíveis, S.A. (a)	(781)
Uranus - Exploração Hoteleira, Lda. (b)	203
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	(59)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. (a)	(4)
Outros	(25)
	(666)

Partes de capital em empresas associadas:

Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	4
Outros	1
	5

Títulos e outras aplicações financeiras:

Seur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A. (c)	917
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A. (c)	718
	1.635

- (a) Conforme referido na Nota 14, estas empresas participadas foram consolidadas pelo método de integração global, pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.
- (b) Esta empresa participada foi consolidada pelo método de integração global no exercício anterior e excluída no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, pelo facto de ter sido alienada.
- (c) Estas empresas foram consolidadas pelo método de integração global no exercício anterior. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, em resultado da alienação de parte das respectivas participações e da consequente perda do controlo, as referidas empresas foram excluídas da consolidação (Nota 14).

Conforme referido na Nota 10, o aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 na rubrica de "Diferenças de consolidação" resulta da aquisição de participações financeiras nas seguintes entidades:

Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.	408
Gasparco - Comércio de Combustíveis, S.A.	631
	1.039

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, tem o seguinte impacto:

	Ganhos/(Perdas) (Nota 44)	Dividendos recebidos	Ajustamentos de partes de capital (Nota 53)	Provisões (Nota 46)	Total
Partes de capital em empresas do grupo:					
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	180	-	-	-	180
S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	(124)	-	-	-	(124)
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	-	-	198	-	198
Álvaro Luis & Rui, Lda.	(40)	-	3	-	(37)
	16	-	201	-	217
Partes de capital em empresas associadas:					
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	36.146	(18.785)	(39.572)	-	(22.211)
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Invest. Imobiliário, S.A.	285	(201)	(43)	-	41
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	(43)	-	(816)	859	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(2)	-	-	2	-
Gimob - SGPS, S.A.	(1)	-	-	-	(1)
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	5	-	-	-	5
Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	5	-	-	-	5
	36.395	(18.986)	(40.431)	861	(22.161)
	36.411	(18.986)	(40.230)	861	(21.944)

Os ajustamentos de partes de capital relativos à Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. respeitam, essencialmente, às variações patrimoniais negativas registadas nesta participada e decorrentes da conversão para Euros de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira relativas a empresas suas participadas localizadas no estrangeiro.

Os aumentos ocorridos na rubrica de "Investimentos financeiros", foram como segue:

Partes de capital em empresas do grupo:

S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	65
Gasoloco - Comércio de Combustíveis, S.A.	1
	66

Partes de capital em empresas associadas:

Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	4.240
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4.157
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	51
	8.448

Empréstimos a empresas associadas:

Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	195
	195

Títulos e outras aplicações financeiras:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	116.076
Etergest - SGPS, S.A.	2.924
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	1.638
MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	456
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	302
Eur Accrual Notes 2007	200
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	175
BCP - Capital Finance Limited	151
	121.922

Os investimentos financeiros nestas empresas encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos por provisão por perdas estimadas, quando aplicável (Nota 50).

Adiantamentos por conta de investimentos financeiros:

Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A.	2.494
	2.494

Esta empresa participada foi consolidada pelo método integral. O montante de 2.494 milhares de Euros corresponde ao adiantamento por conta da aquisição dos restantes 25% do capital.

As alienações de investimentos financeiros foram como segue:

Partes de capital em empresas do grupo:

Uranus - Exploração Hoteleira, Lda.	203
	203

Partes de capital em empresas associadas:

Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4.157
Futop - SGPS, S.A.	443
Lima Petróleos, Lda.	67
Petrósorio, Lda.	37
Outros	20
	4.724

Títulos e outras aplicações financeiras:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	86.800
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	716
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	447
Outros	50
	88.013

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

36 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em termos operacionais, o Grupo encontra-se organizado em seis segmentos principais:

- Construção civil e obras públicas;
- Imobiliário;
- Hotelaria;
- Comércio alimentar;
- Distribuição de combustíveis;
- Comércio automóvel.

A principal informação financeira por cada um dos segmentos de negócio, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, é a seguinte:

	Construção civil e obras públicas	Imobiliário	Hotelaria	Comércio alimentar	Distribuição combustíveis	Comércio automóvel	Participações financeiras	Eliminações	Consolidado
Réditos:									
Vendas externas	440.754	22.862	37.646	24.543	158.630	35.434	1.909	-	721.778
Vendas intersegmentais	143.444	3.251	9.116	2.637	2.138	4.597	3.761	(168.944)	-
Réditos totais	584.198	26.113	46.762	27.180	160.768	40.031	5.670	(168.944)	721.778
Resultado por segmento									
Gastos da empresa não imputados	(30.197)	(2.269)	(3.040)	(222)	(731)	(1.089)	(619)	-	(38.167)
Resultados operacionais	50.109	5.938	4.993	(39)	1.978	1.215	(228)	1.049	65.015
Gastos de juros	(31.389)	(26.137)	(2.349)	(343)	(1.699)	(676)	(3.399)	7.876	(58.116)
Proveitos de juros	11.064	812	29	19	274	536	51	(7.709)	5.076
Partes de lucros líquidas em associadas	2.709	(536)	-	-	(536)	-	6.729	180	8.546
Ganhos em outros investimentos	7.014	7.573	405	-	67	-	(6.716)	(2.529)	5.814
Impostos s/ lucros	(7.959)	4.893	(139)	-	(249)	101	(2)	-	(3.355)
Resultados de actividades ordinárias	31.548	(7.457)	2.939	(363)	(165)	1.176	(3.565)	(1.133)	22.980
Interesses minoritários	1.272	48	502	(102)	271	(35)	2	-	1.958
Resultado líquido	30.276	(7.505)	2.437	(261)	(436)	1.211	(3.567)	(1.133)	21.022
Outras informações:									
Activos do segmento	1.113.708	786.531	150.390	12.929	68.667	55.541	467.165	(1.116.043)	1.538.888
Investimento em associadas	110.041	346	574	-	1.367	-	97.227	-	209.555
Activos totais consolidados									1.748.443
Passivos do segmento	905.559	660.012	107.030	12.835	53.772	17.687	201.535	(487.062)	1.471.368
Passivos totais consolidados									1.471.368
Depreciações	14.413	2.101	4.955	205	1.665	1.253	576	-	25.168
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação	18.532	32	19	-	162	-	3	-	18.748

As vendas e prestações de serviços por mercados geográficos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, distribuem-se da seguinte forma:

Portugal	604.044
Espanha	826
Angola	109.869
Moçambique	6.014
Macau e Venezuela	1.025
	721.778

O conjunto dos proveitos operacionais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, possui o seguinte detalhe por mercado geográfico:

	Mercado interno	Mercado externo	Total
Construção civil e obras públicas	419.835	40.884	460.719
Imobiliária	69.538	788	70.326
Hotelaria	10.622	27.750	38.372
Comércio alimentar	-	24.544	24.544
Distribuição de combustíveis	158.917	-	158.917
Comércio automóvel	10.988	28.442	39.430
Participações financeiras	2.601	10	2.611
	672.501	122.418	794.919

Os activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas por mercado geográfico em 31 de Dezembro de 2002, são como segue:

	Activos líquidos segmentais	Investimentos
Portugal	1.541.111	912.231
Angola	181.952	97.658
Moçambique	18.397	15.871
Macau e Venezuela	6.983	996
	1.748.443	1.026.756

38 - DIFERENÇAS ENTRE O RESULTADO CONTABILÍSTICO E FISCAL

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 - Imposto sobre o rendimento (Nota 23 alínea I).

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação dos normativos dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto são como segue:

	Saldo inicial	Constituição/Reversão	Saldo final
		Resultado líquido	Capitais próprios
Prejuízos fiscais reportáveis	-	5.216	17.245
	=====	=====	=====
Reavaluações de imobilizações corpóreas	-	72	(761)
Ganhos tributados em períodos futuros	-	(24)	(398)
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	-	-	(7.584)
	=====	48	(8.743)
	=====	=====	=====
			(8.695)

O impacto do registo de impostos diferidos no balanço em 31 de Dezembro de 2002, consiste num activo por imposto diferido de 22.461 milhares de Euros e de um passivo por imposto diferido de 8.695 milhares de Euros, dos quais 8.502 milhares de Euros, por se tratarem de situações relativas a exercícios anteriores, foram registados em capitais próprios (Nota 53) e 5.264 milhares de Euros em resultados do exercício.

A composição do Imposto sobre o Rendimento em 31 de Dezembro de 2002, é a seguinte:

Imposto corrente	8.619
Imposto diferido	(5.264)
Imposto exercício	3.355

39 - REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no exercício findo em 31 Dezembro de 2002, foram as seguintes:

	Fixas	Variáveis	Totais
Conselho de Administração:			
Membros executivos	407	96	503
Membros não executivos	181	29	210
Fiscal Único	38	-	38
	626	125	751
	=====	=====	=====

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

41 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As diversas empresas que integram o Grupo, procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei Nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei Nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei Nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei Nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei Nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei Nº 31/98, de 11 de Fevereiro

42 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2002, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores reavaliados
Terrenos e recursos naturais	709	739	1.448
Edifícios e outras construções	11.333	10.513	21.846
Equipamento básico	769	450	1.219
Ferramentas e utensílios	1	-	1
Equipamento administrativo	28	2	30
Outras imobilizações corpóreas	7	1	8
	12.847	11.705	24.552

Face à legislação em vigor, 40% do montante das amortizações relativas à parcela reavaliada não é aceite como custo para efeitos da determinação da matéria colectável em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

43 - CONTAS NÃO COMPARÁVEIS COM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme referido nas Notas 23 I) e 38, a partir de 1 de Janeiro de 2002 foi aplicado, o disposto na Directriz Contabilística 28 - Imposto sobre o rendimento, tendo sido registados os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal. Como consequência, foram registados em 31 de Dezembro de 2002 activos por impostos diferidos de 22.461 milhares de Euros e passivos por impostos diferidos de 8.695 milhares de Euros, tendo os resultados transitados e o resultado do exercício findo naquela data sido aumentados em 8.502 milhares de Euros e 5.168 milhares de Euros, respectivamente (Nota 38). Desta forma as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 não são directamente comparáveis com as dos períodos anteriores.

44 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
Juros suportados	53.036	39.931	Juros obtidos	3.059	2.988
Perdas em empresas do grupo e associadas	211	174	Rendimentos de títulos de participação b)	7.048	13.616
Provisões para aplicações financeiras (Nota 46)	8.481	443	Rendimentos de imóveis	740	1.401
Diferenças de câmbio desfavoráveis	34.186	40.941	Ganhos em empresas do grupo e associadas	36.622	27.827
Descontos de pronto pagamento concedidos	37	35	Diferenças de câmbio favoráveis	37.806	43.283
Outros custos e perdas financeiros a)	30.274	32.419	Descontos de pronto pagamento obtidos	1.494	878
	126.225	113.943	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	9	-
Resultados financeiros	(38.925)	(16.882)	Outros proveitos e ganhos financeiros	522	7.068
	87.300	97.061		87.300	97.061

(a) Esta rubrica inclui um montante de 27.865 milhares de Euros correspondente à amortização das diferenças de consolidação (Notas 10 e 27).

(b) Esta rubrica inclui 6.549 milhares de Euros, correspondente aos dividendos recebidos do BCP - Banco Comercial Português, S.A.

45 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
Donativos	117	333	Restituição de impostos	599	14
Dívidas incobráveis	36	489	Ganhos em existências	226	121
Perdas em existências	63	102	Ganhos em imobilizações	9.462	1.475
Perdas em imobilizações	736	1.420	Benefícios de penalidades contratuais	6	162
Multas e penalidades	333	1.788	Redução de amortizações e provisões (Nota 46)	1.064	4.897
Aumento das amortizações e provisões (Nota 46)	859	-	Correcções relativas a exercícios anteriores	3.015	914
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.811	1.443	Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.376	1.716
Outros custos e perdas extraordinários	1.622	1.167			
	5.577	6.742			
Resultados extraordinários	12.171	2.557			
	17.748	9.299			
				17.748	17.748

46 - MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Ajustamentos	Aumentos	Redução (Nota 45)	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	80.642	(1.599)	18.982	(381)	97.644
Provisões para riscos e encargos	1.255	451	1.133	(573)	2.266
Provisões para depreciação de existências	1.416	(264)	353	(110)	1.395
Provisões para investimentos financeiros	-	-	8.481	-	8.481
Provisões para aplicações de tesouraria	38	(6)	-	-	32
	83.351	(1.418)	28.949	(1.064)	109.818

Os montantes incluídos na coluna de "Ajustamentos" correspondem essencialmente a: (i) saldos em 31 de Dezembro de 2001 das empresas consolidadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e aos saldos naquela data das empresas excluídas da consolidação neste exercício e que tinham sido consolidadas no exercício de 2001 (Nota 14); e (ii) efeito cambial na conversão dos saldos das empresas consolidadas cujas demonstrações financeiras são expressas em moeda estrangeira.

O aumento da provisão para riscos e encargos inclui um montante de 859 milhares de Euros correspondente à participação nos capitais próprios negativos da Recolte (Nota 27).

O aumento de provisões para investimentos financeiros, registado como custo financeiro (Nota 44), inclui uma provisão de 1.855 milhares de Euros relativa à participação na Web-Lab - SGPS, S.A., e uma provisão de 6.626 milhares de Euros relativa aos títulos do BCP, destinada a reduzir o valor dos mesmos ao correspondente valor de mercado (Nota 50).

O aumento de provisões para cobrança duvidosa e depreciação de existências, inclui um montante de 529 milhares de Euros e 330 milhares de Euros respectivamente, que foram registados como custo extraordinário (Nota 45).

47 - BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, as empresas do grupo mantêm os seguintes bens de regime de locação financeira:

Rubrica	Custo aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	543	-	543
Edifícios e outras construções	252	63	189
Equipamento básico	10.674	3.206	7.468
Equipamento de transporte	343	240	103
	11.812	3.509	8.303

Conforme indicado na Nota 23 c), o Grupo regista pelo método financeiro os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira.

Em 31 de Dezembro de 2002, encontra-se registado em imobilizado corpóreo um montante de 11.812 milhares de Euros, relativo ao valor de aquisição desses bens e na rubrica "Fornecedores de imobilizado, conta corrente" o montante de 6.850 milhares de Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 4.560 milhares de Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

50 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2002, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Partes de capital em empresas do grupo:

S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	1.214	a)
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	376	a)
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	198	a)
Álvaro Luis & Rui, Lda.	137	a)
Atlasgeste - Hotelaria, Turismo e Comércio Internacional, S.A.	19	
Ferponte - Agrupamento para a Execução de Obras na Ponte sobre o Tejo em Lisboa, ACE	8	
TDU - Urbanizações, S.A.	7	
Urbáfrica - Sociedade Imobiliária, Lda.	2	
	1.961	

Partes de capital em empresas associadas:

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	195.706	a)
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	9.839	a)
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	1.158	a)
Gimob - SGPS, S.A.	91	a)
Link Trade & Investments, Ltd.	60	
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	29	a)
Lubrilameirão - Comércio de Combustíveis, Lda.	20	
Petropais - Combustíveis e Lubrificantes, Lda.	17	
Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	16	a)
	206.936	

Empréstimos a empresas associadas:

Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	791
--	------------

Títulos e outras aplicações financeiras:

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	70.968	
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	143.913	b)
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	30.090	b)
BCP - Capital Finance Limited	6.646	
Etergest - SGPS, S.A.	5.004	
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	4.494	
Web-Lab - SGPS, S.A.	2.997	
Coba - Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, S.A.	980	
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	805	
Júpiter - Indústria Hoteleira, S.A.	748	
Cimilonga - Imobiliária, S.A.	670	
Imocipar - Imobiliária, S.A.	670	
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	553	
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	456	
Banco DEPFA	449	
Longávia - Imobiliária, S.A.	335	
Matadouro de Macau, S.A.R.L.	317	
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	299	
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	271	
VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	258	
Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	201	
Eur Accrual Notes 2007	200	
Besleasing - Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A.	99	
Besleasing - Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A.	70	
Construlink - Tecnologias da Informação, S.A.	50	
Engenharia Hidráulica de Macau, Lda.	40	
Indáqua - Feira	25	
Avia Development, AG	25	
Outros	18	
	200.888	
	271.856	

Adiantamentos por conta de investimentos financeiros:

Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A.	2.494
Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A.	1.542
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	769
Parcauto - Sociedade Imobiliária, S.A.	432
Vilfer, S.A.	15
	5.252

a) - Estas empresas encontram-se registadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas notas 3 e 23 d).

b) - Em 31 de Dezembro de 2002, a percentagem de participação do Grupo no capital destas empresas era a seguinte:

Empresas	Percentagem participação
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	2,29%
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	19,99%

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram constituídas provisões de 6.626 milhares de Euros (Nota 46) para reduzir o valor da participação no BCP ao correspondente valor de mercado.

52 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Teixeira Duarte encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 de acções com o valor nominal de cinquenta céntimos de Euro cada.

53 - VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	210.000	-	-	-	210.000
Ajustamentos partes de capital em associadas (Nota 27)	(16.079)	-	(40.230)	-	(56.309)
Diferenças de consolidação (Nota 10)	289	-	(47)	-	242
Reservas de reavaliação	1.322	-	(3)	(1.312)	7
Reserva legal	4.546	-	-	1.453	5.999
Reservas livres	22.133	-	-	11.365	33.498
Ajustamentos de conversão cambial	3.793	-	(7.124)	-	(3.331)
Resultados transitados	30.679	12.148	-	1.312	44.139
Resultado líquido do exercício	20.518	21.022	-	(20.518)	21.022
	277.201	33.170	(47.404)	(7.700)	255.267

Reservas de reavaliação

Estas reservas resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não podem ser distribuídas aos accionistas e só podem ser utilizadas em determinadas condições para futuro aumento do capital.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados de 2001

Em reunião de Assembleia Geral de Accionistas realizada em 3 de Maio de 2002 foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, tendo sido deliberada a seguinte aplicação de resultados:

Dividendos	4.200
Distribuição aos trabalhadores	3.500
Reserva legal	1.453
Reservas livres	11.365
	20.518

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

54 - INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, respeitam à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados das seguintes empresas do Grupo:

	Capitais próprios	Resultados
Angopredial - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	36	43
Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	406	35
Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A.	1.249	(1)
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	466	(10)
Comércio de Automóveis, Lda.	45	45
E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.	(4)	(4)
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	2.959	242
Eurogtd - Sistemas de Informação, S.A.	403	4
Gasoarco - Comércio de Combustíveis, S.A.	(1)	(1)
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	3	-
Maxi - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.	(10)	(102)
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	163	271
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	20	20
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	359	7
Petrín - Petróleos e Investimentos, S.A.	2	2
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	6	-
PTG - SGPS, S.A.	18	(10)
Rocha & Monteiro, Lda.	(1)	(1)
SATU - Oeiras - Sistema Automática de Transporte Urbano, E.M.	516	9
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	2.919	472
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	629	(6)
Sociedade Hotel Alfacinha, Lda. (Tivoli - Beira)	2	2
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	9.011	584
SPI - Sociedade de Petróleo Independente, S.A.	12	5
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	1.353	598
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	69	10
TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimento, S.A.	87	(1)
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	1.301	(172)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	9	9
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.	118	(3)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	6	-
Transportes Centrais de Matosinhos, Lda.	1	1
Vauco - Automóveis e Equipamentos, Lda.	(344)	(90)
	21.808	1.958

55 - DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe das dívidas a instituições de crédito era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos obtidos:		
Empréstimos bancários:		
Empréstimos internos	33.032	847.386
Empréstimos externos	3.831	-
Contas caucionadas	116.088	53.325
Descobertos autorizados	20.645	-
Papel comercial	24.940	-
Outros empréstimos obtidos	7.042	-
	205.578	900.711

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos classificados a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2004	59.376
2005	818.744
2006	21.658
2007	933
	<u>900.711</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos bancários em moeda estrangeira encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valor em divisa	Empréstimos internos milhares Euros	Empréstimos externos milhares Euros	Total em milhares Euros
Kwanza Angolano (AON)	1.000.000	-	16	16
Dólares Americanos (USD)	17.750.000	<u>16.926</u>	<u>16</u>	<u>16.926</u>
		<u>16.926</u>	<u>16</u>	<u>16.942</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual de 4,67%. Relativamente aos empréstimos externos a taxa de juro está indexada à Libor, a 30 dias, acrescida de 0,5%.

O Grupo tem contratado com sindicatos bancários a colocação e tomada em firme de emissões particulares de papel comercial até ao limite de 24.940 milhares de Euros, ao abrigo de um contrato programa válido até 6 de Janeiro de 2006, renovável por períodos de um ano. Em 31 de Dezembro de 2002 esta colocação estava a ser utilizada na totalidade.

56 - IMPOSTOS

A Empresa-mãe e as empresas subsidiárias incluídas na consolidação, sediadas em Portugal, são tributadas individualmente em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a uma taxa de 30% acrescida de derrama às taxas aplicáveis. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente (Nota 23 alínea I e 38).

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social (dez anos até 2000, inclusive), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de tais revisões não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002.

57 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Valor Acresentado	<u>13.605</u>
-----------------------------------	----------------------

Saldos credores:

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas - IRC	8.619
Estimativa do imposto	
Pagamentos por conta e retenção na fonte	(12.022)
	<u>(3.403)</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - retenção na fonte	1.059
Imposto sobre o Valor Acresentado	11.114
Restantes impostos	219
Contribuição para a segurança social	1.601
Outras tributações	16
	<u>10.606</u>

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

58 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	641
Valores a facturar	5.570
Outros acréscimos de proveitos	1.616
	7.827

Custos diferidos:

Seguros pagos antecipadamente	556
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.115
Outros custos diferidos	7.397
	12.068

Acréscimos de custos:

Seguros a liquidar	210
Encargos com férias e subsídios de férias	8.681
Juros a liquidar	5.389
Outros acréscimos de custos	7.129
	21.409

Proveitos diferidos:

Trabalhos facturados não executados	23.444
Juros de letras a receber	688
Subsídios ao investimento	256
Proveitos diferidos de obras	59.490
Diferenças de câmbio favoráveis	2.239
Outros proveitos diferidos	9.359
	95.476

Os proveitos diferidos de obras correspondem a valores não reconhecidos como resultados e que se destinam a fazer face a custos a incurrer no período de garantia das obras, tal como indicado na Nota 23 f).

Os trabalhos facturados e não executados resultam da aplicação do método da percentagem de acabamento, tal como indicado na Nota 23 f).

59 - DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi determinado como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	59.888	5.071
Compras	192.975	84.146
Regularizações de existências	(1.701) a)	3.140 b)
Existências finais	41.234	8.815
Custos no exercício	209.928	83.542

a) Este montante é relativo a custos apurados pela Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A. e pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. pela venda de imóveis que se encontravam registados na rubrica "Produtos acabados e intermédios", bem como pelas regularizações originadas pela alteração do perímetro de consolidação (Nota 14) e regularizações originadas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), S.A., Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A., TDA - Comércio e Indústria, Lda. e Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.

b) Este montante é relativo às regularizações originadas pela alteração do perímetro de consolidação (Nota 14), e a regularizações originadas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), S.A., Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda. e Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A..

60 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, é como segue:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	656	39.807
Regularizações de existências	(903) a)	(49.256) b)
Existências iniciais	1.468	79.591
Aumento/redução no exercício	91	9.472

- a) Este montante inclui essencialmente as regularizações de existências relativas à Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A. e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (Nota 59) bem como a regularizações originadas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.
- b) Este montante é relativo às regularizações originadas pela inclusão de novas empresas no perímetro de consolidação (Nota 14), bem como a regularizações originadas pelas empresas Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A., Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda., TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A., Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda. e TDA - Comércio e Indústria, Lda..

61 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	92.619
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4.157
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	1.341
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	471
Futop - SGPS, S.A.	443
Uranus - Exploração Hoteleira, S.A.	309
Outros	98
	99.438

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 respeitam a aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	116.076
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4.157
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	3.109
Etergest - SGPS, S.A.	2.924
Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A.	2.494
Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.	1.638
Outros	1.596
	131.994

Os dividendos recebidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram como segue:

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	18.785
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	6.549
Outros	551
	25.885



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Balanço Consolidado, Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, apresentados pela Administração da TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.
2. Acompanhámos regularmente a evolução da actividade e dos negócios da empresa e suas participadas, verificámos a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das disposições legais em vigor, tendo recebido da Administração e dos Serviços todas as informações e esclarecimentos que solicitámos.
3. As demonstrações financeiras referidas foram por nós examinadas na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a respectiva Certificação Legal das Contas.

4. Considerando:

- a) Que o relatório consolidado de gestão, descreve com clareza e fidelidade a evolução dos negócios do universo das empresas compreendidas na consolidação;
- b) Que a elaboração das contas consolidadas foi efectuada nos termos do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho;

Somos de parecer que os referidos documentos estão em condições de merecer a aprovação da Assembleia Geral.

Linda-a-Pastora, 21 de Abril de 2003

O Fiscal Único

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS-SROC.

Representada por

ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, da TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 1.748.443 milhares de euros e um total de capital próprio de 255.267 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 21.022 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração:
- a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

8.1 A Empresa e as suas participadas adoptaram pela primeira vez no exercício o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 28, contabilizando os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, cujos efeitos se traduziram na contabilização de activos e passivos por impostos diferidos no montante de cerca de 22.461 milhares de euros e 8.695 milhares de euros, respectivamente, dos quais cerca de 8.502 milhares de euros foram registados em resultados transitados, por se tratarem de situações relativas a exercícios anteriores, conforme referido na Nota 43 do Anexo.

Linda-a-Pastora, 21 de Abril de 2003

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC.

Representada por



ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC.

Deloitte & Touche

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração da
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria sobre aquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais à excepção do referido no parágrafo 4 infra, foram aplicados de forma consistente com os do exercício anterior.
4. Conforme referido na Nota 43 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa e as suas participadas adoptaram pela primeira vez no exercício findo naquela data, o disposto na Directriz Contabilística nº 28, passando a registar os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal (Nota 38). Em resultado da aplicação desta norma, foram registados activos e passivos por impostos diferidos de, aproximadamente, 22.461 milhares de Euros e 8.695 milhares de Euros, respectivamente, dos quais, aproximadamente, 8.502 milhares de Euros relativos a activos por impostos diferidos, líquidos dos correspondentes passivos, foram registados em resultados transitados, por respeitarem a situações originadas em exercícios anteriores (Nota 53), tal como previsto na referida directriz. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, não são integralmente comparáveis com as do exercício anterior.

Lisboa, 1 de Abril de 2003